



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BACHARELADO

(Atualizado em março de 2020)

ARAPIRACA – ALAGOAS
MAIO, 2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BACHARELADO
PROJETO PEDAGÓGICO

ARAPIRACA – ALAGOAS
MAIO, 2018

EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENADOR DO CURSO

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

VICE COORDENADORA DO CURSO

FABIANA DE CÁSSIA DE ARAÚJO SILVA

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

ANDERSON HENRIQUE DOS SANTOS ARAÚJO

FABIANA DE CÁSSIA DE ARAÚJO SILVA

JOSÉ RODOLFO TENÓRIO LIMA

LEONARDO PRATES LEAL

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

RENATO LUÍS PINTO MIRANDA

COLEGIADO DO CURSO

MEMBROS DOCENTES

ACÚRCIO CASTELO DAVID

FABIANA DE CÁSSIA DE ARAÚJO SILVA

MARIA AMÉLIA JURUNDIAN CORÁ

PAULO EVERTON MOTA SIMÕES

RENATO LUÍS PINTO MIRANDA

MEMBROS DISCENTES

KAIQUE WALLY SANTOS

FERNANDO ANTÔNIO CARDOSO MOTA FILHO

MEMBROS TÉCNICO- ADMINISTRATIVOS

DANIELLE FLORES CARNAÚBA

VANESSA VASCONCELOS DANTAS

DADOS DA INSTITUIÇÃO

MANTENEDORA:	Ministério da Educação (MEC)
MUNICÍPIO-SEDE:	Brasília - Distrito Federal (DF)
CNPJ:	00.394.445/0188-17
DEPENDÊNCIA:	Administrativa Federal
MANTIDA:	Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
REITOR(A):	Maria Valéria Costa Correia
VICE-REITOR(A)	José Vieira da Cruz
CÓDIGO:	577
MUNICÍPIO-SEDE:	Maceió
ESTADO:	Alagoas
REGIÃO:	NORDESTE
ENDEREÇO DO CAMPUS SEDE	Av. Lourival de Melo Mota, rodovia BR-104, km 14, Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió, Alagoas. CEP:57.072-970.
TELEFONE	(82) 3214 1100
PORTAL ELETRÔNICO:	www.ufal.edu.br

DADOS DO CURSO

NOME DO CURSO:	Administração Pública Bacharelado
TÍTULO CONFERIDO:	Bacharel em Administração Pública
CÓDIGO DO CURSO:	1151781
HABILITAÇÃO:	Bacharel em Administração Pública
CAMPUS	Arapiraca
ENDEREÇO:	Av. Manoel Severino Barbosa, Bom Sucesso – Arapiraca, Alagoas - CEP: 57309-005.
TELEFONE	(82) 3482-1839
PORTAL ELETRÔNICO:	http://www.ufal.edu.br/arapiraca/graduacao/administracao-publica
FORMA DE INGRESSO	Exame Nacional do Ensino Médio – Enem
ATOS LEGAIS	
PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO:	Portaria nº 407 de 11 de outubro de 2011
PORTARIA DE RECONHECIMENTO	Portaria nº71 de 29 de janeiro de 2015
RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO	Portaria nº 272 de 03 de abril de 2017
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
CARGA HORÁRIA TOTAL:	3.592 horas
TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO:	Duração mínima: 09 (nove) períodos Duração máxima: 13 (treze) períodos
VAGAS AUTORIZADAS:	40 vagas anuais
COORDENADOR	Nome: Paulo Everton Mota Simões Formação acadêmica: Bacharel em Administração Titulação: Mestre e Doutor em Administração Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BACHARELADO

NOME	TÍTULO	C.H.
1 Anderson Henrique dos Santos Araújo	Mestre	DE
2 Bruno Setton Gonçalves	Doutor	DE
3 Fabiana de Cássia de Araújo Silva	Mestre	DE
4 José Rodolfo Tenório Lima	Mestre	DE
5 Leonardo Prates Leal	Mestre	DE
6 Lucas Maciel Muniz	Mestre	DE
7 Paulo Everton Mota Simões	Doutor	DE
8 Renato Luís Pinto Miranda	Doutor	DE
9 Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho	Doutor	DE

CORPO TÉCNICO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BACHARELADO

NOME	FUNÇÃO	C.H.
1 Danielle Flores Carnáuba	Assistente em Administração	40h
2 Djalma Rodolfo da Silva Lós	Técnico em Assuntos Educacionais	40h

RESPONSÁVEL PELA REVISÃO DO PPC

NOME	FUNÇÃO	C.H.
1 Ionara Duarte de Góis	Técnica em Assuntos Educacionais	40h

Sumário

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL	11
1.1 Contexto Regional.....	12
1.2 Contexto do Curso.....	16
2. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BACHARELADO	20
2.1 Objetivo do Curso de Administração Pública.....	20
2.2 Perfil do Egresso.....	20
2.3 Campo de Atuação.....	23
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	24
3.1 Pesquisa.....	24
3.2 Extensão.....	26
3.2.1 O Programa de Extensão Curricular (PEC) do Curso de Administração Pública – PEC ADM PÚBLICA.....	30
3.2.2 Modalidades de Extensão.....	34
3.3 Acessibilidade.....	36
3.3.1 Núcleo de Acessibilidade.....	38
3.4 Inclusão.....	39
3.5 Revisão das Políticas Institucionais.....	40
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	40
4.1 Componentes Curriculares Obrigatórios.....	41
4.2 Distribuição geral das disciplinas.....	42
4.3 Ordenamento curricular.....	45
4.4 Atividades Curriculares de Extensão.....	47
5. CONTEÚDOS CURRICULARES	47
5.1 Educação Ambiental.....	47
5.2 Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER).....	48
5.3 Libras.....	49
5.4 Direitos Humanos.....	50

6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	50
7. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS	52
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	57
8.1 Os procedimentos relativos ao TCC	60
9. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM	60
9.1 Acessibilidade metodológica.....	62
10. AS TECNOLÓGICAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs	62
11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS	
PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	65
12. APOIO AO DISCENTE	66
13. NÚMERO DE VAGAS.....	68
14. EMENTAS, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	69
14.1 Disciplinas Obrigatórias de conteúdo de Formação Básica.....	70
14.2 Disciplinas Obrigatórias de conteúdo de Formação Profissional	87
14.3 Disciplinas Eletivas.....	124
15. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	147
15.1 Procedimentos de Avaliação no Processo Ensino-Aprendizagem.....	147
15.2 Avaliação institucional	149
15.2.1 Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo	
de autoavaliação.....	149
15.2.2 Formas de utilização dos resultados das avaliações -Apuração e Análise	
dos dados.....	153
15.3 Colegiado do Curso.....	154
15.4 Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	156
16. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES	156
17. CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -	
BACHARELADO	157
18. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS.....	161

Lista de Figuras

Figura 1 – Mesorregião abrangida.....	14
Gráfico 1 - Componentes Curriculares do Curso de Administração Pública Bacharelado	42
Quadro 1 – Síntese de Indicadores	19
Quadro 2 – Ações de extensão registradas no SIGAA (2015-2020)	27
Quadro 3 – Público-alvo, metodologia e indicadores das ACE do PEC Administração Pública.....	35
Quadro 4 - Atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, e representação estudantil.....	55
Quadro 5 - Atividades de caráter científico e de divulgação científica.....	56
Quadro 6 – Atividades de consultoria a organizações públicas governamentais, não governamentais ou prestadoras de serviços a instituições públicas.....	57
Quadro 7 – Distribuição dos docentes do curso por regime de trabalho e titulação.....	159
Quadro 8 – Distribuição dos Professores Conforme Titulação	159
Quadro 9 – Distribuição dos Professores Conforme Regime de Trabalho	160
Tabela 1 – Carga Horária Absoluta e Percentual dos Componentes Curriculares do Curso de Administração Pública Bacharelado.....	41
Tabela 2 - Distribuição das disciplinas do Curso de Administração Pública Bacharelado	43
Tabela 3 - Ordenamento curricular das disciplinas obrigatórias e eletivas por período	45
Tabela 4 – Atividades Curriculares de Extensão por período, modalidade e carga horária.	47

1. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 99 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 40 programas de Mestrado e 14 de Doutorado, além dos cursos de especialização em diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A

extensão contribui com diversos programas e disponibilização de editais, sendo também uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

1.1 Contexto Regional

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

Arapiraca, distante a 128 Km de Maceió, é o segundo Município em termos populacionais e em termos econômicos no estado de Alagoas. Tendo em vista sua importância dentro de inúmeros aspectos para o estado, sua escolha para ser a sede do Campus do Agreste, no projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas, é amplamente fundamentada.

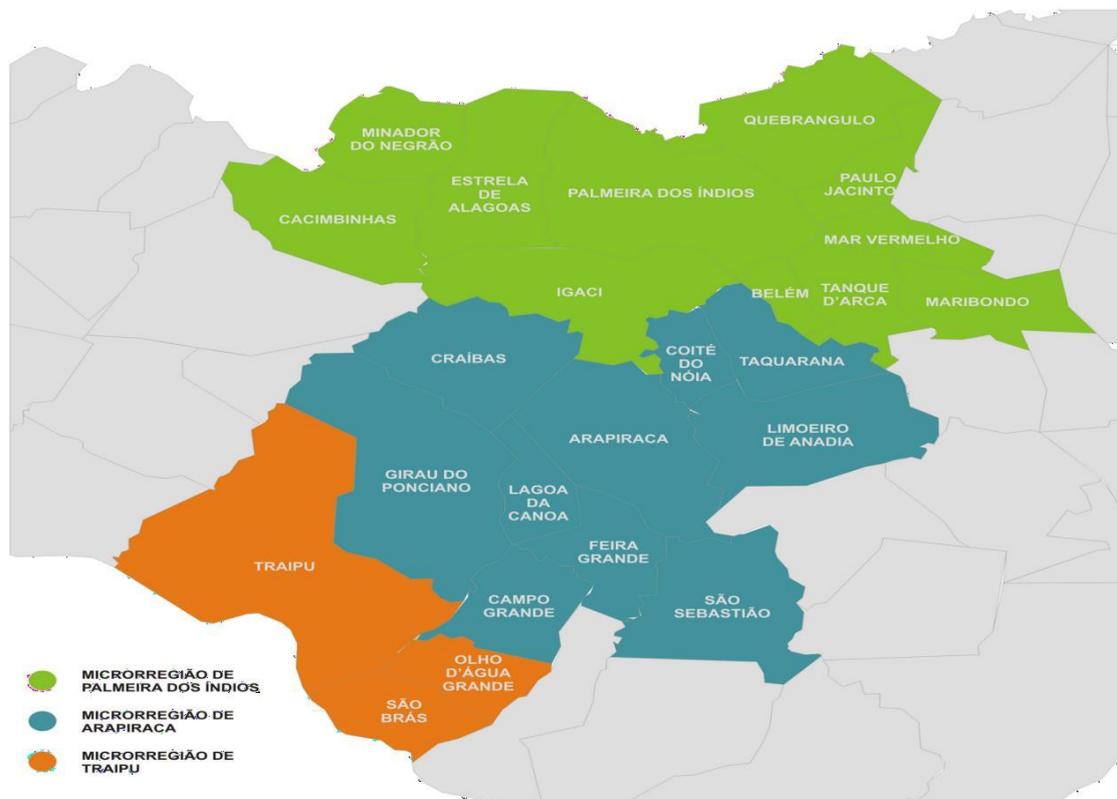
A população está crescendo, assim como as ofertas de vagas para as organizações públicas de Alagoas. De 2007 a 2017 a população alagoana

creceu 7,39%, saindo de 3.091.622 para 3.320.253 habitantes, ao mesmo tempo em que os empregos formais na Administração Pública também subiram no estado. Assim sendo, sem um adequado gerenciamento e a criação de um novo horizonte para a qualificação de mão-de-obra do setor público, as organizações alagoanas não conseguirão atender as necessidades sociais de amplitude regional e local (IBGE, 2017).

A capacitação de gestores públicos habilitados a atuarem em novos campos de trabalho, como, por exemplo, a esfera pública não estatal, acaba por ganhar relevo nesse cenário. Tais demandas sociais evidenciam, portanto, a premente necessidade de formação de novas gerações de profissionais conectados com as demandas contemporâneas.

No que tange, especificamente, ao contexto da mesorregião do Agreste Alagoano, vale mencionar a sua composição a partir de três microrregiões: Palmeira dos Índios, Arapiraca e Traipu, subdivididas no total de vinte e quatro municípios.

Figura 1 – Mesorregião abrangida



A mesorregião representa uma extensão territorial aproximada de

5.770 km², sendo que o estado possui uma área de 27.768 km², quanto a população regional tem-se 656.189 habitantes, segundo Censo 2010 (IBGE) e destes um pouco mais de 180.000 residiam em Arapiraca. Economicamente a região possui um PIB aproximado de 3.918.754.000 mil reais em 2015, destes 70% são referentes a operações em serviços. Quanto ao PIB per capita, a média dos municípios é de R\$ 7.938,00, destacam-se os municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios que possuem PIB *per capita* acima de R\$ 11.000,00, enquanto que Quebrangulo possui o menor PIB *per capita*, com valor abaixo de R\$ 5.000,00.

Segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Planejamento, gestão e patrimônio (SEPLAG), no ano de 2016, Alagoas possuía 122.495 alunos matriculados no ensino médio. Desse total, 30,6% das matrículas estavam na capital e 69,4% no interior, sendo Arapiraca o maior domicílio educacional do interior (9.256 alunos). Tais percentuais justificam a forte expansão recente da UFAL para o interior, de modo a atender essa demanda representada pelos alunos do interior que saem do ensino médio em busca de uma qualificação universitária (Plano de Desenvolvimento Institucional – UFAL, 2013-2017).

O número de matrículas efetuadas no ensino superior de Alagoas saltou de 14.172, em 1991, para 34.399, em 2014 (INEP, 2015). Nesse processo de ampliação e interiorização da oferta de vagas universitárias no contexto alagoano, os cursos de Administração Pública chegam ao número de cinco. Segundo o cadastro disponibilizado pelo E-Mec, algumas das instituições credenciadas são, além da própria UFAL, a Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL; o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL; e o Centro Universitário CESMAC.

A demanda por profissionais qualificados na área da gestão pública extrapola o contexto universitário de formação. A importância e escassez de pessoal habilitado nesta seara ficam demonstradas a partir da construção de “escolas de governo” pelos próprios poderes públicos, voltadas para a capacitação de servidores e demais atores envolvidos com a consecução das atividades da máquina pública. Como se não bastasse a constituição da “Escola de Governo do Estado de Alagoas”, financiada pelo Governo do Estado, a prefeitura de Arapiraca instituiu também a sua “Escola de Governo Municipal de

Arapiraca”, fundada em 1998, com o fito de suprir as necessidades locais por gestores públicos qualificados.

Vale ressaltar que no momento a região carece de espaços para a ampliação da formação acadêmica de quadros especializados na área, uma feita que o Estado não possui um programa *stricto sensu* (mestrado e doutorado) na área da Gestão. Assim sendo, somente a consolidação dos cursos de graduação em Administração Geral e Administração Pública será capaz de constituir o alicerce para o fomento da pesquisa e aprofundamento da produção de conhecimento na área no contexto local.

Neste cenário de demandas e possibilidades, surgiu o curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca, através do processo de expansão das Universidades públicas federais, que tem como missão o de promover o desenvolvimento local, com a introdução de conhecimentos, técnicas e capacitação para a população em sua área de abrangência, tornando-se um instrumento na promoção das mudanças socioeconômicas da região do Agreste Alagoano.

Diante de tal configuração, a Universidade Federal de Alagoas percebe a existência de demanda social para oferta de um Curso em Administração Pública, com foco em duas principais linhas de formação Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas; Estado, Desenvolvimento e Sociedade, considerando as características, necessidades e funções das organizações públicas existentes na região. A cidade de Arapiraca é um centro escolhido para ofertar essa graduação em Administração Pública, por ser logisticamente aproximada dos demais municípios do agreste alagoano.

A concepção do curso de Administração Pública no campus Arapiraca faz parte do projeto de interiorização das universidades federais proposto pelo governo onde a UFAL, por meio de seu projeto de desenvolvimento institucional promove e apoia esta interiorização de diversas formas. As políticas institucionais desdobram-se em Políticas de Ensino, Políticas de Extensão e Políticas de Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo (Plano de Desenvolvimento Institucional – UFAL, 2013-2017).

1.2 Contexto do Curso

O ensino de graduação em administração pública está novamente se valorizando. Essa perspectiva resulta da conjuntura do Estado e estimula-se com os projetos de reforma administrativa além do crescimento do setor público não-estatal (COELHO, 2008).

A administração pública é um campo de conhecimento que sempre se encontra em mudanças, uma vez que responde às demandas sociais, políticas e econômicas. Marcos como o processo de redemocratização no país com o estabelecimento da Constituição de 1988, e, principalmente, agenda de reforma do Estado a partir dos anos noventa, fazem com que a gestão pública no Brasil encontre-se em transformação; quer seja na dimensão do ajuste/equilíbrio fiscal, na desregulamentação de setores, na privatização e nas parcerias público-privadas; ou ainda com as inovações gerenciais, a descentralização de políticas e recursos, a valorização do cidadão-usuário.

Não obstante, o protagonismo do modelo econômico neoliberal trouxe consigo a necessidade de uma nova roupagem teórica para administração pública, advinda com a Nova Gestão Pública, a qual incorpora ideias da nova economia das organizações e abordagens geradas na administração mercantil (GAETANI, 2014)

Esses fatos, somados a demanda por transparência, *accountability* e participação social, têm provocado reorganizações nas relações entre Estado e sociedade, enfraquecendo a centralização governamental e reforçando a governança e o controle social.

Em 1995 o cadastro da SESU/MEC registrava treze cursos de graduação em administração pública no Brasil; em 2018, 88 cursos formam bacharéis na aérea, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Certamente, essa expansão foi propiciada pelo macro ambiente favorável à gestão pública, ensejando-a como campo profissional e como campo teórico no bojo das transformações do Estado brasileiro.

No setor público-estatal, o mercado de trabalho para o administrador público movimenta-se com os concursos para carreiras estratégicas de gestão governamental e de políticas públicas. No setor público não-estatal, o *boom* institucional e a diversificação de objetivos fazem com que novas organizações

da sociedade civil desponhem enquanto as já existentes modificam seu padrão de atuação (COELHO, 2008). A ideia de participação social, central nesta reforma do Estado, requer uma sociedade civil ativa e propositiva, com organizações capazes de solicitar apoio e cooperação de agências nacionais (governamentais e não-governamentais) e internacionais.

O processo de descentralização de algumas atividades públicas vem se desdobrando por meio da criação de unidades de gestão de menor porte, constituindo-se num dos movimentos mais marcantes observados na consecução das políticas públicas contemporâneas. Desse modo, cresce a demanda por mão-de-obra qualificada para gerir as organizações públicas.

Ademais, nos últimos anos, o governo federal, através de suas novas políticas de ciência e tecnologia, vem incentivando e apoiando pesquisas que contemplem uma aproximação entre universidade, organizações públicas e sociedade. Exemplo destas políticas é a criação dos Fundos Setoriais que direcionam recursos para áreas de pesquisas específicas com o objetivo de alavancar a capacidade tecnológica das organizações e propiciar às universidades o desenvolvimento de pesquisas que tenham aplicação na sociedade em geral.

Essas novas realidades requerem novas formas de ação, por isso o curso de graduação em Administração Pública do Campus Arapiraca insere-se neste contexto, procurando contribuir para a profissionalização da gestão pública em Alagoas.

Alagoas, por ser um estado pequeno, com base funcional no serviço público, de poucos negócios e de administração tradicionalmente familiar, no qual a gestão essencialmente profissional ainda é objeto de especulações, carece de um maior foco na profissionalização da Administração Pública, a fim de formar e capacitar gestores capazes de promover a ampliação das taxas de crescimento, segundo a proporção das reais necessidades alagoanas.

Inserindo o curso de administração pública no contexto regional e local, é enfático seu protagonismo, dada as características locais do município, que o inserem contextualmente no âmbito regional como principal elo de ligação entre a população de vários serviços públicos localizados nas comunidades vizinhas. Isso pode ser demonstrado no quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Síntese de Indicadores

Arapiraca

<i>Instituições públicas</i>		
<i>Federais</i>		Unidades
Unidades Educacionais de educação superior	2	
Bancos	4	
Autarquias	5	
Poder Judiciário	1	
<i>Estaduais</i>		Unidades
Unidades Educacionais de educação superior	1	
Unidades Educacionais de educação	51	
Hospitais	3	
Secretarias de Estado (sub- sedes)	9	
Autarquias	5	
<i>Municipais</i>		Unidades
Secretarias	11	
Demais órgãos da administração municipal	5	
Servidores		Unidades
Municipais -2012	4.947	
Economia e sociedade		
IDH -2010	0,649	Médio
População ocupada-2016	17,6	%
PIB per capita	16.960,41	R\$
PIB – Valor adicionado dos serviços públicos	7.111.100,50	R\$x1000

Fonte: IBGE. Portais da Transparência. Portal dados.al.gov.br (2018).

2. CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BACHARELADO

2.1 Objetivo do Curso de Administração Pública

A concepção do Curso de Administração Pública Bacharelado tem por objetivo propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, enquanto analistas formuladores de políticas públicas. Procura-se formar gestores públicos capazes de perceber de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde estão inseridos e assim tomarem decisões que venham a contribuir para o desenvolvimento da área pública, em seu contexto diversificado e interdependente.

Considerando o perfil profissional do egresso (tópico 2.2), o desenho do objetivo do curso de Administração Pública concilia a estrutura curricular com o contexto educacional da região (tópicos 1.1 e 1.1), preparando o discente para atuar de forma consciente e transformadora, frente às demandas locais e regionais. Dentre as práticas emergentes que fazem parte desse direcionamento, pode-se mencionar a utilização de metodologias ativas em sala de aula (tópico 9.), permitindo uma postura mais proativa e autônoma do aluno em sua relação com o conhecimento.

2.2 Perfil do Egresso

Através da realidade da nossa economia e sobretudo da necessidade de uma gestão eficiente e em atendimento à missão institucional, os formandos em administração pública devem ter uma formação pluralista, eclética, ética e crítica, possibilitando-lhes atuar com capacidade e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão,

bem como para desenvolver um gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual, adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Assim, pretende-se formar gestores de organizações públicas e privadas, seja união, estado e municipal, legislativo ou judiciário, governamentais e/ou não governamentais - sejam elas de serviços; desenvolvendo a capacidade de serem empreendedores sociais com criatividade e flexibilidade para novas ideias, que lhes permita atuar numa realidade em constantes modificações; e ampliando a capacidade de identificação de problemas e de escolha de estratégias de solução, o que lhes proporcionaria um incentivo à atuação como futuros pesquisadores. Espera-se, portanto, que esses profissionais, formados pela universidade federal de Alagoas Campus Arapiraca UFAL, possam atuar em quaisquer Organizações públicas que oportunizem sua prática gerencial.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas está organizado para formar profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio curricular supervisionado e do trabalho de curso, a formação de competências e habilidades adequadas às exigências da gestão pública.

O curso em questão pretende formar profissionais aptos a preencher o perfil determinado pela Resolução no. 1 de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública que demandam a aquisição das seguintes competências e habilidades:

- I. Atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

- II. Compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;
- III. Empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;
- IV. Expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. Promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. Liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. Adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;
- VIII. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de

controle em diferentes contextos organizacionais e sociais;

- XI. Elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

Tais habilidades articulam-se com as demandas locais e regionais, na medida em que as metodologias utilizadas pelos docentes em sala de aula (tópico 9.) induzem à abordagem a partir de casos concretos vivenciados pelos alunos e professores junto às instituições da própria região. Além disso, algumas disciplinas da matriz curricular (tópico 4.3), preveem em suas respectivas ementas, a familiarização e transformação junto ao contexto local como objetos centrais.

As novas demandas do mundo do trabalho tendem a ampliar o escopo de habilidades constantes no perfil do egresso, na medida em que as transformações da contemporaneidade vão sendo inseridas em sala de aula e trazidas pelos próprios alunos, mediante a problematização de casos concretos, seja nas disciplinas convencionais ou nas atividades complementares, de extensão, durante o Estágio Supervisionado, na própria Iniciação Científica e na carga horária de TCC.

2.3 Campo de Atuação

Os egressos do curso atuarão em organizações: públicas e privadas, governamentais (União, Estado e Município) de administração direta e indireta nos órgãos legislativo (Federal, Estadual e Municipal) e judiciário e/ou não governamentais e de todos os portes: pequenas, médias ou grandes; desenvolvendo a capacidade de serem empreendedores sociais com criatividade e flexibilidade para novas ideias, que lhes permita atuar numa realidade em constantes modificações.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

3.1 Pesquisa

Dado o caráter interdisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

As políticas de pesquisa e inovação da UFAL se desdobram a partir de várias iniciativas de apoio. Os projetos de pesquisa são incentivados por editais internos de financiamento como o PIBIC (Programa de Bolsas de Iniciação Científica), o Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (Proccaext) e; também editais externos, quando disponibilizados pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e/ou pelo CNPq.

No âmbito do curso de Administração Pública, os professores mantêm o compromisso de elaboração contínua de novos projetos de pesquisa e extensão, submetendo-os aos editais de financiamento, sempre que abertos.

O fomento à pesquisa nas áreas de interesse do curso de Administração Pública deve ser conduzido mediante a constituição de projetos de iniciação científica, envolvendo professores e alunos na produção de conhecimento, a partir das experiências e desafios apresentados pelo contexto local. Tais iniciativas ganham maior profundidade quando implementadas de forma articulada com os projetos de extensão e os esforços de inserção profissional, desenvolvidos pela universidade. Conforme será mencionado no item sobre as políticas institucionais, o curso deve procurar expandir seu escopo de atuação na pesquisa, mediante a celebração de parcerias e convênios com instituições atuantes no setor público, incluindo as Administrações Públicas municipais da região.

O curso de Administração Pública tem proporcionado, aos discentes, apoio à Produção Científica através da participação em projetos de iniciação científica, como também em atividades coordenadas pelos professores do curso. Tem-se, assim, permitido o despertar científico dos discentes, inclusive com apresentação de artigos científicos em congressos e seminários regionais, nacionais e internacionais.

A UFAL, sempre que possível, tem dado apoio financeiro e de locomoção à participação de docentes e discentes em eventos científicos, viabilizando a apresentação de trabalhos acadêmicos em encontros, congressos, seminários e outros. Além disso, o curso protagoniza também a realização de eventos e seminários em caráter regular, a fim de difundir internamente as pesquisas elaboradas por seus membros e também por membros de outras universidades.

Em cumprimento às suas políticas institucionais, a universidade vem disponibilizando bolsas voltadas para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo alunos e professores, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O mesmo tem por objetivo despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, proporcionando sua imersão em projetos de pesquisa que o introduzam no domínio do método científico. Todos os anos são disponibilizados editais de bolsas e o curso de Administração Pública recorrentemente vem sendo contemplado, inclusive com premiação de excelência em pesquisa.

As duas linhas de formação presentes no curso de Administração Pública são: Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas e; Estado, Desenvolvimento e Sociedade. Esta última linha de formação dá nome ao Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPQ, composto pelos professores e alunos dos cursos de Administração Geral e Administração Pública do campus Arapiraca.

Com denominação suficientemente abrangente, o grupo de pesquisa cadastrado no CNPq **Estado, Desenvolvimento e Sociedade** consegue abarcar diversos núcleos de atuação, conforme as áreas de aproximação dos

professores e zona interesse dos alunos. Assim, contemplam-se pesquisas dedicadas à atuação do Estado contemporâneo, seja no âmbito da sua formação institucional, das políticas públicas e/ou das finanças públicas e, ao mesmo tempo, compreende também estudos acerca da coisa pública em relação às esferas da sociedade civil, incluindo pesquisas na área da Gestão Social, Economia Solidária e políticas de desenvolvimento territorial.

O grupo conta com 10 pesquisadores (sendo 5 doutores, 4 mestres e 1 especialista) e, desde junho de 2015, vem se reunindo para discussão de textos relacionados à Economia Solidária e a partir de 2018 tem trabalhado com estudos voltados a área de cultura. As discussões são conduzidas por alunos ou professores, definidos anteriormente à data de apresentação, gerando um momento de discussão e esclarecimento dos conteúdos.

O grupo produziu um artigo que foi enviado ao evento da SOBER-NE 2015. A partir de 2016, criou-se discussão sobre Formação de Alagoas com grupo de estudantes do curso de Administração e Administração Pública. Alguns pesquisadores do grupo orientam bolsistas do PIBIC, desde 2014. As Linhas de Pesquisa do grupo são: Administração Política e Finanças Públicas, Agricultura Familiar, Agroecologia e Sistemas Agroflorestais, Economia solidária e a incubação de empreendimentos solidários, Estado, Desenvolvimento e Sociedade e Modelos para a Gestão Universitária.

3.2 Extensão

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas – FORPROEX apresenta extensão como o processo educativo, cultural e científico que articula indissociavelmente o ensino e a pesquisa para que haja a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A UFAL, por sua vez, compromete-se em formar profissionais com compromisso social, com respeito ao meio ambiente e à ética. A participação do aluno é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência

social e do compromisso político, devendo ser obrigatória para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrada a programas decorrentes das Unidades Acadêmicas e à temática curricular, sendo computada para a integralização do currículo dos discentes.

Assim, a Universidade Federal de Alagoas assume a extensão como uma das dimensões da vida acadêmica, como uma forma de vivenciar o processo ensino-aprendizagem além dos limites da sala de aula, aproximando a universidade das diferentes organizações da sociedade. Por fazer parte de vida acadêmica de alunos, técnicos e professores, a extensão se materializa através de programas e projetos apresentados e assumidos pelas diversas Unidades Acadêmicas.

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às instituições de ensino superior adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos. A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

A curricularização da extensão se dá em concordância com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que assegura, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação se dê em programas e projetos de extensão universitária. O estudante do curso de Administração Pública Bacharelado terá a oportunidade de se engajar em atividades de extensão que seguem os parâmetros estabelecidos pelo Curso e pela Pró-Reitoria de Extensão.

Diversos projetos de extensão foram realizados com participação de docentes ligados ao curso, conforme o quadro 2.

Quadro 2 – Ações de extensão *registradas no SIGAA (2015-2020)*

Código	Nome da ação	Local	Status
EV001-2017	III Encontro Regional dos Estudantes do Campo de Públicas Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
PJ108-2018	PENEIRAR PARA FORTALECER: implantação de empreendimento solidário, nas comunidades do Município de Coité do Nóia/AL. Coordenador(a): JANE MARINHO DA SILVA	ARAPIRACA	EM EXECUÇÃO
PJ064-2017	Apoio à Organização de Catadores de Materiais Recicláveis de Arapiraca Coordenador(a): PAULO EVERTON MOTA SIMOES	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
EV169-2018	MOSTRA ALAGOAS EM FATOS E DADOS Coordenador(a): FABIANA DE CASSIA DE ARAUJO SILVA	ARAPIRACA	APROVADO SEM RECURSOS
EV065-2018	Em debate: o campo de públicas no centro das discussões Coordenador(a): FABIANA DE CASSIA DE ARAUJO SILVA	ARAPIRACA	APROVADO SEM RECURSOS
PJ261-2018	Apoio à Organização de Catadores de Materiais Recicláveis de Arapiraca - Etapa II Coordenador(a): PAULO EVERTON MOTA SIMOES	ARAPIRACA	EM EXECUÇÃO
EV106-2016	FORMAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E SOCIAL DE ALAGOAS: ENTENDENDO NOSSAS RAÍZES Coordenador(a): JOSE RODOLFO TENORIO LIMA	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
EV008-2016	Grupo de Estudos - Formação de Alagoas Coordenador(a): ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
CR023-2016	OFICINAS PARA PREPARAÇÃO DO TCC 2016 Coordenador(a): JOSE RODOLFO TENORIO LIMA	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
EV104-2016	Seminário Alagoano de Economia Solidária e Gestão do	ARAPIRACA	CONCLUÍDA

	Desenvolvimento Territorial Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL		
CR033-2016	Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
CR021-2016	Inovação Social e Economia Solidária Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
PJ126-2016	Construindo Bens Comuns: Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários no Agreste Alagoano. Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
PD001-2017	Série Audiovisual: Ideias para Economia Solidária Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
PJ009-2017	Extensão tecnológica em economia solidária e agricultura familiar no campus Arapiraca Coordenador(a): LEONARDO PRATES LEAL	ARAPIRACA	EM EXECUÇÃO
PJ090-2018	Criação do Banco Comunitário de Limoeiro de Anadia: finanças solidárias e desenvolvimento local Coordenador(a): MARCONI TABOSA DE ANDRADE	ARAPIRACA	EM EXECUÇÃO
EV093-2019	I Mostra das Ações de Extensão da ITES/UFAL Coordenador(a): MARCONI TABOSA DE ANDRADE	ARAPIRACA	CONCLUÍDA
PJ089-2019	Criação e Incubação do Banco Comunitário de Desenvolvimento de União dos Palmares – Estratégia para promoção do Desenvolvimento Local Coordenador(a): MARCONI TABOSA DE ANDRADE	ARAPIRACA	APROVADO SEM RECURSOS
PJ147-2019	DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO E ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE CAMPO ALEGRE -	ARAPIRACA	APROVADO SEM RECURSOS

	AL Coordenador(a): RENATO LUIS PINTO MIRANDA		
PJ141- 2019	Reorganização do espaço público da praça Padre Cícero, União dos Palmares – AL: resolução de conflitos; padronização do uso do solo; capacitação dos microempreendedores locais; e regulamentação de atividades econômicas Coordenador(a): RENATO LUIS PINTO MIRANDA	ARAPIRACA	APROVADO SEM RECURSOS
CR039- 2016	Introdução à Incubação de Empreendimentos Sócio-produtivos Coordenador(a): ANDREA YUMI SUGISHITA KANIKADAN	ARAPIRACA	CONCLUÍDA

Fonte: SIGAA, 2020

3.2.1 O Programa de Extensão Curricular (PEC) do Curso de Administração Pública – PEC ADM PÚBLICA

O **objetivo** do PEC ADM PÚBLICA é consolidar a extensão universitária, no campo da Administração Pública, como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade política, cultural e econômica do estado de Alagoas, além de indispensável na formação do estudante, no trabalho dos professores, por meio do intercâmbio de conhecimentos com a sociedade.

O programa deve atender a seguinte **ementa**:

1. Desenvolvimento de ações de extensão no campo da inovação social, economia solidária e organizações da sociedade civil (OSC), visando capacitar pessoas, elaborar diagnósticos, fazer análise de problemas, planejamento e intervenção em empreendimentos de economia social e solidárias e outras OSC; 2. Desenvolver competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, através de ações de extensão no contexto de organizações públicas ou da sociedade civil organizada, sob a forma de

elaboração de projetos específicos, consultorias temáticas, acompanhamento, apoio e/ou orientação organizacional; 3.Participação em programas, projetos ou ações de organizações públicas com a finalidade de desenvolver competências, conhecimentos, habilidades e soluções práticas relacionadas à gestão pública em seus múltiplos aspectos no âmbito dos municípios alagoanos e do governo estadual. Contemplar iniciativas que fortaleçam os direitos humanos, a diversidade cultural e as relações étnico-raciais.

Com intuito de orientar a formatação das **metodologias** responsáveis por operacionalizar este programa, estão definidas orientações, que serão indispensáveis na elaboração dos planos de atividades de cada Atividade Curricular de Extensão (ACE) que compõe este programa. Este programa se estrutura em conformidade com a Resolução N. 04/2018 do CONSUNI/UFAL e se alinha às diretrizes orientadoras das ações de Extensão Universitária que emanam do Fórum de Pró-reitores de Extensão (FORPROEX).

Muitas formas de fazer acontecer cada ACE são possíveis, especificamente neste Programa elas devem visar ao contexto de organizações públicas e da sociedade civil em seus contextos territoriais. É desejável a concepção ou mesmo reprodução de metodologias participativas, pesquisa-ação e quaisquer outros métodos inovadores capazes de priorizar o diálogo e a participação dos atores das comunidades envolvidas nas ações das ACE.

Para tanto, devem ser capazes de contribuir com o desenvolvimento social de territórios, compreendidos estes como uma comunidade, um bairro, um município ou um conjunto de municípios. As metodologias propostas para cada ACE assumirão a extensão universitária a partir de uma relação dialógica e de interação profunda entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes dos diversos cursos) e sujeitos sociais (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições públicas e privadas) dos territórios com os quais cada atividade irá interagir. O estudante deve ser estimulado a tornar-se protagonista de sua

formação técnica e cidadã, estendendo-se tal movimento no âmbito da ACE, aos diversos sujeitos sociais.

De um ponto de vista mais conceitual, o intuito da metodologia enquanto proposta de intervenção é aumentar o grau de conhecimento, participação e implicação das pessoas em torno dos problemas comuns afetando a vida de todos em seu local (organização ou território). Além disso, a metodologia visa ao fomento de um amplo processo de capacitação, seja de membros de organizações ou ainda população local para que estes assumam o protagonismo do processo de desenvolvimento e fortalecimento territorial ou organizacional.

Os planos das atividades do Programa de Extensão do Curso de Administração Pública – Bacharelado, devem almejar, obrigatoriamente, metodologias que sejam capazes de proporcionar práticas extensionistas com base no princípio dialógico entre a Universidade e a sociedade. Para tanto, devem estar embasados nas diretrizes da Política Nacional de Extensão Universitária:

a) Interação Dialógica: o diálogo e troca de saberes substitui a relação desigual de superioridade dos saberes e fazeres acadêmicos, substituindo-os pela parceria com a sociedade, seus movimentos e suas organizações; b) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: provocar a interação de modelos, conceitos e metodologias originários das diversas disciplinas, interdisciplinas e áreas do conhecimento, levando em consideração para tanto a construção paulatina de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais; c) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: as ACE (Dimensão Extensão) tornam-se mais efetivas quando se inter-relacionam com processos de formação (Dimensão Ensino) e com a produção de conhecimento (Dimensão Pesquisa); d) Impacto na Formação do Estudante: se dá pela ampliação das referências de ensino-aprendizagem por conta da relação direta com questões e realidades territoriais e organizacionais; e e) Impacto e Transformação Social: colocar a ACE à disposição dos interesses e necessidades prementes das organizações

e dos territórios ou mesmo contribuir para o aprimoramento das políticas públicas.

A **carga horária** do programa é de 360 horas. Pode-se caracterizar como **público do Programa de Extensão**, destacadamente: os estudantes, técnicos e docentes da UFAL, servidores públicos das diferentes instâncias, moradores dos diversos territórios, membros de organizações da sociedade civil (OSC), de natureza associativa e empreendimentos econômicos solidários que se organizam para realizar atividades produtivas de prestação de serviço, culturais, de forma individual, familiar ou coletiva.

Quanto às **formas de acompanhamento e avaliação**, o Programa terá um sistema próprio de monitoramento e avaliação, baseado nos indicadores nacionais de avaliação da extensão universitária, para o qual os docentes responsáveis pelas ACE deverão utilizar os procedimentos bem como prestar as informações necessárias ao processo avaliativo. O sistema de monitoramento e avaliação deve ser elaborado no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, que também será responsável por conduzir os processos de monitoramento e avaliação sempre em atuação conjunta com os docentes que estiverem responsáveis por cada uma das ACE.

A extensão universitária do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas do campus Arapiraca abrange três aspectos fundamentais, que confere valores condizentes com os princípios políticos e pedagógicos da extensão universitária no Brasil e com as diretrizes nacionais curriculares dos cursos de Administração Pública. Este Programa de Extensão compreende as seguintes abrangências:

A **interdisciplinaridade**, que é caracterizada pelo envolvimento de docentes de áreas distintas no desenvolvimento da atividade de extensão, nomeadamente, das áreas de Administração Pública, Ciência Política, Sociologia, Economia, Agroecologia, Tecnologia e Contabilidade. A **interinstitucionalidade** promove o envolvimento de organizações distintas no desenvolvimento das ações de Extensão, seja na forma de coparticipação nas

ações extensionistas ou envolvimento direto de profissionais destes órgãos, nomeadamente, promove-se o envolvimento de organizações do terceiro setor, movimentos sociais, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, bem como organismos de apoio à ciência e tecnologia. A **intersectorialidade** diz respeito ao envolvimento de setores distintos no desenvolvimento das ações de Extensão, e ainda, de profissionais de setores/departamentos diversos. Especificamente, promove-se a integração de professores, técnicos e estudantes dos cursos de Administração e Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Engenharia de Pesca (Penedo), campus Arapiraca, do Centro de Ciências Agrárias (CECA - UFAL) e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC - UFAL).

A orientação do curso, baseado nos referidos princípios políticos e pedagógicos, permite articular um bacharelado em Administração Pública em boa medida equiparado às melhores práticas nacionais e internacionais da formação ao nível de graduação, bem como, equiparada às demandas de mercado nas instituições públicas e privadas.

Período de Realização: Este PEC ADM Pública terá duração de nove semestres, ou seja, a duração de um ciclo do curso, o equivalente a quatro (04) anos e seis (06) meses de duração, quando deverá se dar a sua revisão juntamente com a deste PPC.

3.2.2 Modalidades de Extensão

O PEC ADM PÚBLICA se divide em três modalidades distintas de atividades, em consonância com as diretrizes regulamentadas pela resolução 04/2018 do CONSUNI/UFAL: dois projetos de extensão com duração de dois semestres, evento e concepção de um produto acadêmico.

Os dois projetos possuem carga horária de 144 horas cada um. A modalidade evento tem carga horária de 36 horas, envolvendo a organização de um evento acadêmico relacionado às temáticas contempladas no PEC. A

modalidade produto acadêmico deve dar origem a um canal digital para produção e difusão de conteúdos de gestão pública governamental e não governamental, políticas públicas, Economia Solidária, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, dentre outros temas pertinentes. O evento e o produto possuem carga horária de 36 horas cada e serão desenvolvidos no 9º período. A tabela 4 apresenta as Atividades Curriculares de Extensão por período em que ocorrem, por modalidade e especifica ainda a carga horária de cada componente.

Desse modo, a metodologia implicada nas ACE do curso de Administração Pública consiste em atividades práticas em que os alunos, após um processo de nivelamento conceitual e metodológico, exerce o conjunto das atividades acadêmicas em ambiente comunitário, fora do ambiente universitário, ou seja, fora da sala de aula. Ademais, os alunos são envolvidos em atividades de extensão realizadas em espaços de associações comunitárias, órgãos de governo, reuniões de organizações da sociedade civil, organização de eventos, ambientes online, entre outros que proporcione experiências empíricas de aprendizagem relacionadas aos temas objetivos e transversais da área de formação em Administração Pública.

Quadro 3 – Público-alvo, metodologia e indicadores das ACE do PEC Administração Pública.

Nome e CH	Modalidade	Público-alvo	Objetivo	Metodologia	Indicadores
ACE 1 / Projeto (72 horas)	Projeto	Gestores, servidores públicos e sujeitos de políticas públicas.	Desenvolver soluções e orientações voltadas às instituições públicas governamentais e aos sujeitos de políticas públicas.	As soluções serão elaboradas pelos alunos com a supervisão dos docentes da área e em seguida serão ofertadas para o público-alvo.	Número de atividades desenvolvidas; Número de participantes internos (docentes, discentes e técnicos) e externos; Número de parceiros (órgãos públicos, incluindo escolas); Número de produtos acadêmicos;

ACE 2 / Projeto (72 horas)	Projeto	Empreendimentos de Economia Social e Solidária, negócios sociais, fóruns e redes de Economia Solidária, Organizações Associativas e ONGs.	Capacitar pessoas, melhorar processos, fortalecer organizações e solucionar problemas.	As soluções serão elaboradas pelos alunos com a supervisão dos docentes da área e em seguida serão ofertadas para o público-alvo.	Número de atividades desenvolvidas; Número de participantes internos (docentes, discentes e técnicos) e externos; Número de parceiros (órgãos públicos, incluindo escolas); Número de produtos acadêmicos;
ACE 3 / Evento	Evento	Servidores e gestores públicos, atores da sociedade civil organizada e sociedade em geral.	Abordar temáticas ligadas à gestão pública governamental e não governamental, os direitos humanos, políticas públicas e afirmativas.	Preparação e organização de seminários, conferências, colóquios, mostras e rodas de conversa lideradas por estudantes com supervisão docente.	Número de atividades desenvolvidas; Número de participantes internos (docentes, discentes e técnicos) e externos; Número de parceiros (órgãos públicos, incluindo escolas);
ACE 4 / Produto	Produto	Servidores e gestores públicos, atores da sociedade civil organizada e sociedade em geral.	Abordar temáticas ligadas à gestão pública governamental e não governamental, os direitos humanos, políticas públicas e afirmativas.	Concepção, produção de conteúdo e manutenção de um canal de comunicação em rede social.	Número de episódios produzidos; Número de seguidores; Número de compartilhamentos; Número de curtidas

3.3 Acessibilidade

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração.

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: *“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades”*.

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os *“PPC’s contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”*.

Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

Neste sentido o Núcleo de Atendimento Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em

suas demandas específicas de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

3.3.1 Núcleo de Acessibilidade

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE- aos estudantes público-alvo (pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades). Esse atendimento tanto pode ser feito através de acompanhamento nas salas de aulas que os alunos frequentam, quanto em atividades na sala do NAC em horário oposto ao das aulas, para assessorar na confecção de trabalhos acadêmicos. Podemos fazer adaptação de materiais didáticos, além de capacitar para o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional à pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos à toda a com-. Em parceria com a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP promove cursos para corpos técnicos e docentes da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

O AEE - Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Atendendo, prioritariamente, os estudantes de graduação, podendo ser atendidos estudantes da pós-graduação. De maneira geral,

devemos contribuir para a inclusão destes no universo acadêmico, o que envolve não só os professores, mas também o corpo técnico e os demais estudantes.

Atualmente o Núcleo de Acessibilidade não tem um espaço físico de referência para o atendimento das demandas e para confecção de materiais didáticos específicos, espaço este que está prometido para dezembro deste ano. As atividades do NAC ocorrem em sua maioria em sala de aula ou na biblioteca da instituição, e as reuniões ocorrem na sala do NAE.

3.4 Inclusão

Desde 1999 a UFAL preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – COSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita.

Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A

UFAL destina 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas da rede pública.

3.5 Revisão das Políticas Institucionais

As políticas institucionais no âmbito do curso serão revisadas pelo Núcleo Docente Estruturante, considerando-se os resultados coletados e processados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA e Comissão de Auto Avaliação. O diálogo entre os membros do NDE, a coordenação de curso, a representação estudantil e a CPA será realizado periodicamente, sempre que os indicadores de avaliação institucional apontarem necessária melhora em alguma das políticas do curso e/ou as respectivas Pró-Reitorias entenderem necessário.

Além do suporte da avaliação institucional para a revisão das políticas institucionais no âmbito do curso – previsto nas competências do NDE – o curso pretende utilizar as orientações e debates sobre o ensino na área da Administração Pública. Tais discussões, em regra, são produzidas nos ciclos profissionais acadêmicos, os quais tanto os professores como a representação estudantil fazem arte. Dentre essas instituições, pode-se mencionar: a Associação Nacional do Campo de Públicas; Associação Brasileira de Administração Política - ABAP; Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas - FENECAP.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

A matriz curricular do curso contempla o que está designado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), resolução número 1 de 13 de janeiro de 2014, no que tange aos conteúdos para o curso de Administração Pública. As disciplinas obrigatórias de formação básica trazem conteúdos de Administração,

Ciências Contábeis, Ciência Política, Direito e Sociologia, estudos filosóficos, leitura, escrita e expressão e conteúdos da realidade histórica e contemporânea da sociedade e Estado Brasileiros. Por sua vez, as disciplinas obrigatórias de formação profissional trazem conteúdos relacionados governos e políticas públicas e conteúdos metodológicos quantitativos e qualitativos.

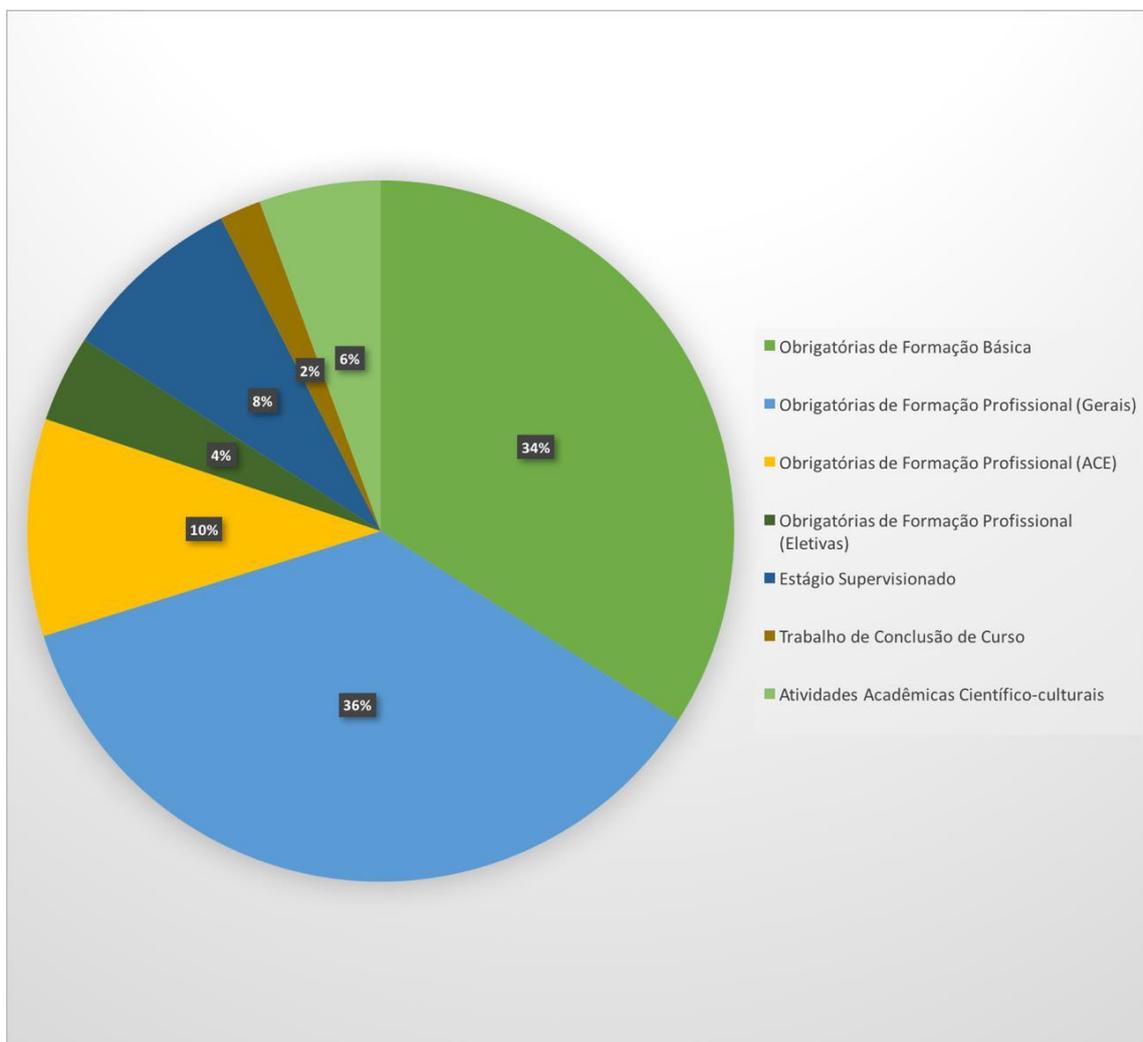
4.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

A Tabela 1 e o Gráfico 1 mostram os Componentes Curriculares Obrigatórios do Curso de Administração Pública Bacharelado, segundo sua descrição, carga horária, horas aula em números absolutos e percentuais. As ACE estão com as cargas horárias detalhadas na Tabela 4 do item 4.4.

Tabela 1 – Carga Horária Absoluta e Percentual dos Componentes Curriculares do Curso de Administração Pública Bacharelado

CONTEÚDOS	CARGA HORÁRIA	
	Absoluto	Percentual
Obrigatórias de Formação Básica	1224	34
Obrigatórias de Formação Profissional:		
- Gerais	1296	36
- Atividades Curriculares de Extensão	360	10
- Eletivas	144	4
Trabalho de Conclusão de Curso	68	2
Estágio Curricular Obrigatório	300	8
Atividades Acadêmicas Científico-culturais	200	6

Gráfico 1 - Componentes Curriculares do Curso de Administração Pública Bacharelado



4.2 Distribuição geral das disciplinas

A Tabela 2 mostra a distribuição das disciplinas obrigatórias de conteúdos específicos e complementares, bem como as disciplinas eletivas e o estágio curricular obrigatório do Curso de Administração Pública Bacharelado, com seus respectivos códigos e carga horária.

Tabela 2 - Distribuição das disciplinas do Curso de Administração Pública Bacharelado

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	DE	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. TOTAL
Sociedade e Cultura		72	-	72
Raciocínio Lógico e Quantitativo		72	-	72
Fundamentos de Ciência Política		72	-	72
Introdução às Ciências Econômicas		72	-	72
Estatística I		72	-	72
Informação Contábil para Gestão		72	-	72
Matemática I		72	-	72
Microeconomia		72	-	72
Introdução à Administração		72	-	72
Instituições de Direito Público e Privado		72	-	72
Sociedade e Desenvolvimento		72	-	72
Direito Administrativo		72	-	72
Macroeconomia		72	-	72
Economia Brasileira		72	-	72
Legislação Tributária		72	-	72
Matemática Financeira e Análise de Investimento		72	-	72
Instituições de Direito Público e Privado		72	-	72
TOTAL		1224	-	1224
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. TOTAL
Federalismo e Relações Intergovernamentais		72	-	72
Teorias da Administração Pública		72	-	72
Contabilidade Pública		72	-	72
Auditoria e Controladoria na Gestão Pública		72	-	72
ACE I / Projeto / 1ª Semestralidade		-	72	72
Políticas Públicas		72	-	72
Gestão de Pessoas no Setor Público		72	-	72
Processos Organizacionais na Gestão Pública		72	-	72
Metodologia e Projeto de Pesquisa		72	-	72
ACE I / Projeto / 2ª Semestralidade		-	72	72
Planejamento e Programação na Gestão Pública		72	-	72
Processo Decisório em Organizações Públicas		72	-	72
Gestão de Serviços Públicos		72	-	72
Finanças Públicas e Orçamento		72	-	72
Debates Contemporâneos em Política e Democracia		72	-	72

ACE II / Projeto / 1ª Semestralidade	-	72	72
Elaboração e Gestão de Projetos	72	-	72
Licitações e Contratos	72	-	72
Gestão de Informação nas Organizações Públicas	72	-	72
ACE II / Projeto / 2ª Semestralidade	-	72	72
Governança na Administração Pública	72	-	72
Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	72	-	72
ACE III / Evento	-	36	36
ACE IV / Produto	-	36	36
Eletiva I	72	-	72
Eletiva II	72	-	72
TOTAL	1440	368	1800
COMPONENTES NÃO DISCIPLINARES	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. TOTAL
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	68	-	68
Estágio Supervisionado	-	300	300
Atividades Acadêmicas Científico-culturais	200	-	200
TOTAL	268	300	568
DISCIPLINAS ELETIVAS	C.H. TEÓRICA	C.H. PRÁTICA	C.H. TOTAL
Administração Política	72	-	72
Direito Municipal	72	-	72
Estudos Críticos de Gestão	72	-	72
Formação Histórica, Econômica e Política de Alagoas	72	-	72
Fundamentos de Organizações Associativas e Economia Solidária	72	-	72
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	72	-	72
Gestão Pública Ambiental	72	-	72
Gestão da Inovação e Desenvolvimento	72	-	72
Gestão da Propriedade Intelectual	72	-	72
Gestão de Organizações Associativas e Empreendimentos Solidários	72	-	72
LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais)	72	-	72
Incubação de Empreendimentos Sócioprodutivos	72	-	72
Iniciação à produção científica	72	-	72
Metodologia da Pesquisa Qualitativa	72	-	72
Negociação e Arbitragem	72	-	72
Relações Étnico-raciais e de Gênero	72	-	72
Relações Internacionais e Políticas Públicas	72	-	72

O curso se desenvolverá ao longo de, no mínimo, 8 (oito) e, no máximo, 13 (treze) períodos no turno noturno. A carga horária máxima, por semestre, corresponde a 360 horas.

4.3 Ordenamento curricular

A Tabela 3 mostra o ordenamento curricular, por período, das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso de Administração Pública - Bacharelado segundo código, denominação e cargas horárias.

Tabela 3 - Ordenamento curricular das disciplinas obrigatórias e eletivas por período.

PERÍODO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
1º	Sociedade e Cultura	72	-	72
	Raciocínio Lógico e Quantitativo	72	-	72
	Fundamentos de Ciência Política	72	-	72
	Introdução às Ciências Econômicas	72	-	72
	Estatística I	72	-	72
TOTAL		360	-	360
2º	Federalismo e Relações Intergovernamentais	72	-	72
	Informação Contábil para Gestão	72	-	72
	Matemática I	72	-	72
	Teorias da Administração Pública	72	-	72
	Estatística Avançada para Gestão	72	-	72
TOTAL		360	-	360
3º	Contabilidade Pública	72	-	72
	Microeconomia	72	-	72
	Introdução à Administração	72	-	72
	Instituições de Direito Público e Privado	72	-	72
	Sociedade e Desenvolvimento	72	-	72
TOTAL		360	-	360
4º	Auditoria e Controladoria na Gestão Pública	72	-	72
	Direito Administrativo	72	-	72

	Macroeconomia	72	-	72
	ACE 1 / Projeto / 1ª semestralidade	-	72	72
	Políticas Públicas	72	-	72
TOTAL		288	72	360
5º	Economia Brasileira	72	-	72
	Gestão de Pessoas no Setor Público	72	-	72
	Legislação Tributária	72	-	72
	Matemática Financeira e Análise de Investimento	72	-	72
	Processos Organizacionais na Gestão Pública	72	-	72
TOTAL		360	-	360
6º	Metodologia e Projeto de Pesquisa	72	-	72
	ACE 1 / Projeto / 2ª semestralidade	-	72	72
	Planejamento e Programação na Gestão Pública	72	-	72
	Processo Decisório em Organizações Públicas	72	-	72
	Gestão de Serviços Públicos	72	-	72
TOTAL		288	72	360
7º	Finanças Públicas e Orçamento	72	-	72
	Debates Contemporâneos em Política e Democracia	72	-	72
	ACE 2 / Projeto / 1ª semestralidade	-	72	72
	Eletiva I	72	-	72
TOTAL		216	72	288
8º	Elaboração e Gestão de Projetos	72	-	72
	Licitações e Contratos	72	-	72
	Gestão de Informação nas Organizações Públicas	72	-	72
	ACE 2 / Projeto / 2ª semestralidade	-	72	72
	Eletiva II	72	-	72
TOTAL		288	72	360
9º	Governança na Administração Pública	72	-	72
	Avaliação de Políticas e Serviços Públicos	72	-	72
	ACE 3 / Evento	-	36	36
	ACE 4 / Produto	-	36	36
TOTAL		144	72	216

Obrigatórias de Formação Básica e Profissional
Estágio Supervisionado

3024

300

Trabalho de Conclusão de Curso	68
Atividades Acadêmicas Científico-Culturais	200
Carga horária total para integralização	3592

4.4 Atividades Curriculares de Extensão

A carga horária total destas atividades é resultado da conversão da carga horária de outras disciplinas que tinham potencial extensionista. A carga horária total de extensão é de 360 horas, correspondentes a 10% da carga horária total do curso de Administração Pública - Bacharelado, conforme distribuição abaixo.

Tabela 4 – Atividades Curriculares de Extensão por período, modalidade e carga horária.

P	MODALIDADE	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
			Teórica	Prática	Total
4º	PROJETO	ACE I / Projeto / 1ª Semestralidade	-	72	72
6º		ACE I / Projeto / 2ª Semestralidade	-	72	72
7º		ACE II / Projeto / 1ª Semestralidade	-	72	72
8º		ACE II / Projeto / 2ª Semestralidade	-	72	72
9º	EVENTO	ACE III / Evento	-	36	36
9º	PRODUTO	ACE IV / Produto	-	36	36
TOTAL			360	-	360

5. CONTEÚDOS CURRICULARES

5.1 Educação Ambiental

O curso de Administração Pública – Bacharelado traz discussões que tangenciam a educação ambiental, de maneira interdisciplinar, relacionando-a ainda ao debate contemporâneo da Sustentabilidade. O trabalho interdisciplinar

de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa a disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

As disciplinas de Sociedade e Desenvolvimento, Políticas Públicas, Debates Contemporâneos em Política e Democracia tratam do tema de maneira transversal. O curso possui ainda disciplinas eletivas que tratam fundamentalmente das questões ambientais e de sustentabilidade: Estudos Críticos de Gestão, Gestão Ambiental e Sustentabilidade e Gestão Pública Ambiental. Nas atividades curriculares de extensão, as ações ligadas à Economia Solidária se relacionam com atividades produtivas ligadas à agricultura familiar, que necessita do debate ambiental. Os componentes de ACE / Evento e ACE / Produto também dão conta desta temática.

5.2 Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER)

Além de cumprir com as exigências normativas educacionais brasileiras, a proposta de uma Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER), incorporada aos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado desta instituição de ensino superior, por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), estimula a integração entre saberes étnicos constitutivos de nossa cultura brasileira (branco, indígena, negro e cigano), em destaque a nossa cultura alagoana, além de possibilitar a produção de novos conhecimentos científico, cultural, tecnológico e artístico, ou a revisão dos conhecimentos existentes, de modo a promover condutas e políticas de formação profissional que valorizem as diversidades étnico-raciais.

Em decorrência dessa proposta, referendar-se-á o compromisso firmado pela UFAL, dentre outros, de aperfeiçoamento das políticas de ações afirmativas, dos cursos de graduação à pós-graduação, implementadas, oficialmente, desde 11 de novembro de 2003, por meio da Resolução

CONSUNI/UFAL nº 33, que aprovou o Programa Ações Afirmativas para Afrodescendentes (PAAF) nesta instituição, com o empenho do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB-UFAL), criado em 1981, inicialmente Centro de Estudos Afro-brasileiros (CEAB), que atua tanto internamente à UFAL, com o papel de promover cursos de formação/capacitação, debates, disponibilização de acervo (documental e bibliográfico) para consulta e coordenação geral de editais sobre ERER; quanto externamente, em parceria com outras instituições educacionais do estado, do país e/ou outros países, e com os movimentos sociais.

Objetivando atender a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais, os seus conteúdos são abordados de maneira interdisciplinar e transversal nas disciplinas: Sociedade e Desenvolvimento, Políticas Públicas e Estudos Críticos de Gestão. Nas atividades curriculares de extensão: Eventos em Administração Pública e Produção do Canal Adm. Pública; além da disciplina eletiva focada em tal tema: Relações Étnico-raciais e de gênero.

5.3 Libras

O componente curricular Libras é obrigatório nas licenciaturas e no curso de Pedagogia e de Letras (Art. 3º do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Nos demais cursos de graduação é opcional, devendo constar na lista dos componentes curriculares complementares.

O curso de Letras de Arapiraca, que também é noturno, oferece a disciplina Libras como disciplina obrigatória na matriz curricular e vai disponibilizá-la como eletiva para o curso de Administração Pública-Bacharelado.

5.4 Direitos Humanos

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos se encontra presente no curso de Administração Pública - Bacharelado de maneira transversal. Objetivando atender à temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais, os seus conteúdos são abordados de maneira interdisciplinar e transversal nas disciplinas: Sociedade e Desenvolvimento, Políticas Públicas e Estudos Críticos de Gestão. Nas atividades curriculares de extensão: Eventos em Administração Pública e Produção do Canal Adm. Pública.

6. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio curricular é regulamentado na Universidade Federal de Alagoas pela Resolução nº 71/2006-COSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, constituída sob a vigência da Lei nº 6.494, de 07/12/1977, por sua vez, regulamentada pelos Decretos nº 87.497, de 1808/1982 e 89.467, de 21/03/1984 e Resolução nº 4, de 02 de fevereiro de 2006, art. 8. Ademais, funda-se também no que prescreve, bem como, incorpora os princípios e valores estatuídos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2013-2017 dessa instituição.

No Curso de Administração Pública - Bacharelado, o estágio supervisionado tem carga horária mínima de 300 horas. Para fins de consecução do estágio supervisionado, serão observadas as diretrizes e recomendações detalhadas pelo Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado, elaborado e aprovado pelo colegiado do curso de Administração Pública. O curso reconhece diferentes modalidades de estágio desde que promovam vivências relacionadas à formação profissional, contribuindo, dessa forma, para dar uma maior profundidade e dinamismo ao aprendizado, bem como auxiliar a sua inserção do estudante no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que o estágio curricular supervisionado está institucionalizado no regimento da UFAL, contemplando aspectos relacionados a adequação de carga horária e a relação orientador/estudante compatível com as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ademais, o estágio curricular dos estudantes é realizado sob a coordenação e supervisão do corpo docente (coordenação de estágio e professor orientador). Ainda se distingue a existência de convênios com organizações públicas, privadas e da sociedade civil, compondo uma estratégia para integração entre universidade e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso e interlocução institucionalizada da IES com os diferentes ambientes de estágio.

Essa integração entre universidade e organizações do mundo do trabalho permite a constituição de um processo gerador de *inputs* e *outputs*, oferecendo como resultado à formação dos estudantes a possibilidade de atualizar o processo formativo com base em resultados da IES (ensino, pesquisa e extensão) e das organizações da sociedade, nomeadamente, o Estado, o mercado e a sociedade civil.

No curso de Administração Pública – Bacharelado, o estágio supervisionado é um componente curricular não disciplinar. Por conta disto, os estudantes podem ingressar a qualquer momento do semestre letivo sem ter que estar atrelado ao período de matrícula. Os estágios serão gerenciados pelo Coordenador de Estágio em parceria com a Coordenação de Estágios Curriculares – CEC da PROGRAD-UFAL. Os estágios podem ser realizados em instituições públicas municipais, estaduais e federais, em empresas privadas (desde que as atividades do estagiário tenham relação com a administração pública) e em organizações da sociedade civil (OSC), sendo supervisionados pelos professores orientadores, que devem instruir os estudantes quanto à elaboração dos relatórios.

As organizações que ofertam vagas de estágio devem firmar convênio com a UFAL. O estudante, por sua vez, deve formalizar o termo de compromisso de estágio – TCE, entregar ao coordenador de estágio a ficha de avaliação pela

supervisão do estagiário a cada dois meses e elaborar um relatório a cada seis meses. A nota do estágio supervisionado deve contemplar não só a avaliação do estagiário pelo supervisor, conforme padrão estabelecido pela UFAL, mas também a qualidade do relatório entregue pelo estudante.

Será facultado aos estudantes obter a carga horária de estágio a partir de sua atuação profissional desde que a mesma esteja relacionada com o curso de Administração Pública. Para este aproveitamento todos os casos devem ser apreciados pelo Colegiado do curso. Ademais, atividades de extensão, monitorias, pesquisa, voluntariado e consultorias podem ser equiparadas ao estágio. A carga horária do estágio curricular obrigatório poderá ser dividida em quantas vezes forem necessárias bem como o estágio poderá ocorrer durante o recesso e ainda a carga horária semanal para o estágio não poderá exceder a 36 horas e a carga horária total. É permitido a realização do estágio curricular supervisionado aos estudantes que estejam sem matrícula em outras disciplinas desde que já tenham cursado todas as disciplinas obrigatórias do curso.

É permitido aos estudantes a realização de estágios curriculares não obrigatórios desde que integralizada a carga horária total que compõem as disciplinas do primeiro período do curso.

7. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS

As atividades acadêmico-científico-culturais visam ao atendimento às prerrogativas da Resolução nº 113/1995 do Conselho de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal de Alagoas, que estabelece as normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação e ainda à Resolução número 1 de 13 de janeiro de 2014, que institui as DCN do curso de Administração Pública que se refere às atividades complementares como aquelas que *“deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades*

independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão”.

Para tanto, o curso de Administração Pública - Bacharelado prevê uma carga horária de 200 horas relacionadas a Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. Tais atividades são componentes curriculares e podem ser realizadas tanto internamente ao âmbito da Universidade quanto fora dela, que incluem práticas de estudos e atividades independentes, de forma interdisciplinar, colaborando para a sua aproximação com o campo de atuação profissional e com a comunidade.

As atividades abaixo descritas podem ser computadas como atividades complementares, desde que não haja sobreposição, ou seja, que as mesmas não sejam utilizadas, por exemplo como estágio supervisionado ou como atividade curricular de extensão.

- Participação em ações voluntárias desenvolvidas por organizações públicas e da sociedade civil;
- Monitorias: coordenada pela COGRAD em determinada disciplina supervisionada por um professor orientador;
- Participação em projetos de iniciação científica, extensão, pesquisa, estágios curriculares não-obrigatórios e treinamento profissional;
- Participação em eventos, tais como, fóruns, jornadas, simpósios, colóquios, congressos, palestras, seminários, cursos de curta duração, entre outros eventos de divulgação acadêmico-científica, tecnológica e cultural;
- Participação com aproveitamento em disciplinas oferecidas por outras instituições e/ou unidades acadêmicas não contempladas no currículo do curso;

- Participação em entidades estudantis, colegiados de curso, conselhos superiores, empresas juniores, núcleos temáticos e de pesquisas;
- Participação em consultoria a organizações públicas governamentais, não governamentais ou prestadoras de serviços a instituições públicas, inseridas em projetos de extensão ou projetos de pesquisas cadastradas junto à UFAL (PROEX, PROPEP, PROGRAD);
- Atuação obrigatória ou voluntária em processo eleitoral.

O Colegiado do Curso de Administração Pública - Bacharelado avaliará os casos omissos nas modalidades acima citadas, decidindo sobre sua validade para a integralização da carga horária. Para o cômputo da carga horária das atividades complementares, o estudante deverá formalizar a solicitação para o registro das mesmas junto à coordenação do curso, juntamente com cópias de comprovação das atividades realizadas.

Os quadros abaixo mostram a descrição das atividades complementares, a indicação de documentos e a quantidade das horas correspondentes a cada atividade para o cálculo das 200 (duzentas) horas obrigatórias das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, e representação estudantil.

Quadro 4 - Atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, e representação estudantil

Atividade	Documentos de Comprovação	Quantidade de horas aproveitadas
Atividades de monitoria em disciplinas de graduação	Documento emitido pela Coordenação de Monitoria.	Máximo de 100 horas por semestre, até o limite de 150 horas para o total de atividades deste tipo
Disciplina eletiva, cursada e com aprovação, na UFAL ou em outra IES	Histórico Escolar	Máximo de 60 horas
Atividades de pesquisa com bolsa ou sem bolsa (Instituições fomentadoras de pesquisa científica).	Documento emitido pelo Órgão que financiou a pesquisa que comprove a aprovação do relatório final ou parcialmente.	100 horas por ano de bolsa, até o limite de 150 horas para atividades deste tipo
Atividades de pesquisa com bolsa ou sem bolsa em um Grupo de Pesquisa do curso	Documento emitido pelo (a) coordenador (a) do Grupo de Pesquisa.	100 horas por ano de bolsa, até o limite de 150 horas para atividades deste tipo
Organização ou participação na organização de eventos acadêmicos.	Certificado ou declaração de participação emitido pelos organizadores.	10 horas por evento organizado, até o limite de 40 horas para atividades deste tipo.
Representação estudantil-Colegiado da Graduação, CA, DCE e UNE	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e/ou término do mandato, emitidas pelo Órgão Colegiado	80 horas por ano de mandato, até o limite de 150 horas para o total de atividades deste tipo.

Quadro 5 - Atividades de caráter científico e de divulgação científica

Atividade	Documentos de Comprovação	Quantidade de horas aproveitadas
Participação como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão, oficinas, seminários, entre outros	Certificado de participação emitido pela entidade promotora, constando a carga horária da atividade	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, até o limite de 60 horas para o total de atividades deste tipo.
Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos	Certificado de apresentação emitido pelo evento	10 horas por comunicações ou pôsteres apresentados, ou carga horária apresentada no certificado de participação, até o limite de 80 horas para atividades deste tipo.
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	Cópia do material publicado e certificado do organizador dos anais do evento	10 horas por publicações em anais, até o limite de 40 horas para atividades deste tipo.
Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do material publicado e certificado do organizador dos anais do evento.	05 horas por resumo publicado em anais, até o limite de 20 horas para atividades deste tipo
Publicação de artigos em periódicos de divulgação científica com ISSN e Conselho Editorial	Cópia do material publicado	30 horas por artigo publicado até o limite de 60 horas para atividades deste tipo.
Publicação de artigos em periódicos de divulgação científica ou de caráter não científico	Cópia do material publicado	15 horas por artigo publicado até o limite de 60 horas para atividades deste tipo
Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de material informacional (divulgação científica) ou didático (livros, CD-	Cópia do material desenvolvido e certificado do Coordenador ou organizador do projeto	20 horas por material desenvolvido até o limite de 80 horas para atividades deste tipo.

ROM, vídeos, exposições)		
Desenvolvimento ou participação na elaboração de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervo de memória e/ou exposições	Cópia do material desenvolvido e certificado do Coordenador ou organizador do projeto	20 horas por material desenvolvido até o limite de 80 horas para atividades deste tipo
Organização ou participação na organização de eventos científicos.	Certificado de participação emitido pela entidade promotora.	10 horas por evento organizado, até o limite de 40 horas para atividades deste tipo.

Quadro 6 – Atividades de consultoria a organizações públicas governamentais, não governamentais ou prestadoras de serviços a instituições públicas

Atividade	Documentos de Comprovação	Quantidade de horas aproveitadas
Participação em consultoria a organizações públicas governamentais	Declaração de participação emitida pela organização	30 horas por ano de consultoria, até o limite de 60 horas para o total de atividades deste tipo
Participação em consultoria a organizações não governamentais	Declaração de participação emitida pela organização	30 horas por ano de consultoria, até o limite de 60 horas para o total de atividades deste tipo
Participação em consultoria a organizações prestadoras de serviços públicos	Declaração de participação emitida pela organização	20 horas por ano de consultoria, até o limite de 40 horas para o total de atividades deste tipo

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, pela a Resolução nº 25/2005 do CEPE, de 26 de outubro de 2005, considerando-se ainda os princípios e valores estatuídos no

PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) 2013-2017 dessa instituição. Observa-se também, de forma subsidiária, a Instrução Normativa nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013, sendo o TCC do Curso, regulamentado pelo Regulamento de Normas e Critérios para a Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Administração Pública – Bacharelado.

Diante dessas normativas estatuídas, o Colegiado do Curso de Administração Pública prescreve:

1. O TCC é componente curricular obrigatório, mas não se constitui como disciplina e dessa forma não possui carga horária fixa semanal. A carga horária prevista para o TCC é de 68 horas, atividade a ser realizada individualmente pelo discente, contando com a colaboração de um professor orientador, a ser prestada por professor vinculado ao quadro pessoal do curso, sendo a orientação formalizada por um Termo de Aceite assinado por ambos. Em casos extraordinários, ao arbítrio do aluno, o mesmo poderá submeter à comissão de TCC do curso uma solicitação de orientador externo, solicitação a ser deferida ou não pelos membros do referido colegiado.
2. O coordenador de TCC tem a responsabilidade de divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos, bem como realização de oficinas e cursos complementares. Cabe ao coordenador zelar pela disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet.
3. Quanto aos requisitos mínimos para orientadores externos figuram as seguintes condições: o indicado deverá possuir graduação em Administração ou áreas afins, preferencialmente, deve estar vinculado a uma IES ou, em casos excepcionais, indivíduo que exerça atividade pública em organização governamental ou não governamental cujo exercício figure função de notória relevância profissional.

4. As atividades relacionadas ao TCC terão início a partir do 6º período, por meio da disciplina de Metodologia da Pesquisa, e sua defesa ocorrerá após o cumprimento de mais de 80% (oitenta por cento) das disciplinas, sendo etapa obrigatória, devendo ser realizada por meio de apresentação oral pública a uma banca examinadora formada por três membros. O TCC deverá seguir as regras da ABNT e, poderá ser formatado nas seguintes modalidades, quais sejam: Monografia, Iniciação Científica, Artigo Científico, Relatório de Extensão, Projeto de Intervenção e Casos de Ensino;
- a. Monografia: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um relatório monográfico (entre 30 a 80 laudas) referente a atividades de pesquisa acerca de tema que verse sobre aspectos contemporâneos da administração pública.
 - b. Iniciação científica: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um relatório final (entre 30 a 60 laudas) contendo análise detalhada de elementos problematizados ao longo da execução do projeto de iniciação científica ligados as áreas de administração pública.
 - c. Artigo científico: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um artigo científico (entre 18a 30 laudas).
 - d. Relatórios de Extensão: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um relatório final (entre 30 a 60 laudas) contendo análise detalhada de elementos problematizados ao longo da execução de projetos de extensão ligados as áreas de administração pública que esteve envolvido diretamente por pelo menos 120 horas ou 6 (seis) meses.

- e. Projeto de Intervenção ou Projeto de Atividade: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um projeto de intervenção (entre 30 a 60 laudas) na área da administração pública capaz de, ao ser implementado, conferir eficiência à prestação do serviço público, inovando e aprimorando processos para o bem da boa administração.
- f. Casos de ensino: O aluno que optar por essa modalidade de TCC deverá apresentar para banca designada um caso de ensino (entre 30 a 60 laudas) na área da administração pública capaz de auxiliar nos processos de ensino e aprendizagem da gestão pública.^{9 9}.

8.1 Os procedimentos relativos ao TCC

Os procedimentos relativos à elaboração, apresentação e entrega de TCC são normatizados pela respectiva Resolução do curso e normas correspondentes da UFAL.

O depósito da versão final do TCC será feito em formato de mídia digital, a ser entregue na biblioteca do campus, para fins de composição do repositório institucional da UFAL e disponibilização dos trabalhos via internet.

9. METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Curso trabalha com uma concepção de ensino-aprendizagem orientada para a mediação entre teoria e prática, entre o desenvolvimento da capacidade intelectual, da sensibilidade social e de habilidades técnicas. Cientes de que a formação do cientista social demanda uma intensa imersão teórica, fundamentada principalmente na leitura de referências clássicas e

contemporâneas, o Curso procura orientar suas práticas de ensino, na sala de aula como fora dela, para as possibilidades de aplicação desses conhecimentos no desenvolvimento de pesquisas de distintas naturezas e de atividades de intervenção. Nesse sentido, se preconiza tanto uma aproximação dos professores em relação à realidade social experimentada pelo corpo discente, considerando as potencialidades locais no que se refere à investigação do administrador público quanto à aproximação dos alunos com as atividades de pesquisa dos professores.

A proposta metodológica do curso de Administração Pública – Bacharelado – articula as diferentes propostas teórico-metodológicas da matriz curricular, no sentido de contribuir com a formação do administrador público enquanto pesquisador e gestor. Essa formação requer atualização continuado do conhecimento, associado à perspectiva histórica.

Podemos definir, metodologicamente, a forma de ensino/aprendizagem do Curso de Administração Pública-Bacharelado em duas formas básicas:

- a) Aulas teóricas: desenvolvido a partir de aulas expositivas, com apresentação dos conteúdos previstos na matriz curricular. Cabe ao docente conduzir as aulas e optar pelo método de avaliação a exposição dos conteúdos, cujos níveis de intensidade e graus de dificuldades e aprofundamento são definidos pela especificidade de cada disciplina estudada.
- b) Aulas práticas: à medida que o discente vai avançando nos semestres do Curso, aumenta a carga de disciplinas que versem sobre conteúdos profissionalizantes e com isso aumenta a necessidade associar conhecimento teórico à prática de pesquisa. Além do que, as atividades de estágio obrigatório forçam o discente a lidar diretamente com a prática de realização de levantamentos, diagnósticos e pesquisas, em função dos seus objetos de estudos.

9.1 Acessibilidade metodológica

A metodologia, constante neste PPC, conforme as orientações institucionais e as DCN do campo de públicas, atende ao desenvolvimento de conteúdos clássicos e contemporâneos, às estratégias de aprendizagem reconhecidas para o ensino superior, ao acompanhamento das atividades, à acessibilidade pedagógica e metodológica, a autonomia do discente e liberdade de cátedra do docente. Também, coaduna-se com práticas pedagógicas inovadoras que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área do campo de Administração Pública.

Ressalta-se um conjunto de metodologias de ensino-aprendizagem utilizadas pelo corpo docente do curso, incluindo as metodologias ativas: aprendizagem baseada em projetos; estudos de caso; casos para ensino; aprendizagem baseada em problemas; visitas técnicas; e, articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

O uso desta abordagem de ensino possibilita diferentes benefícios para a comunidade acadêmica, tais como: maior autonomia na relação com o conhecimento e o mundo do trabalho; maior confiança nas ideias e atitudes; maior aptidão para solução de problemas e maior protagonismo no processo de aprendizado.

10. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO – TICs

As tecnologias da informação e comunicação (TIC) podem ser definidas como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, cujo objetivo e utilização, na educação presencial, vem

potencializando os processos de ensino/aprendizagem, além de possibilitar o maior desenvolvimento entre os envolvidos no processo. O uso de tais ferramentas permite a execução do projeto pedagógico do curso, garante a acessibilidade digital e comunicacional, promove a interatividade entre docentes e discentes, assegura o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilita experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Diante disto os discentes e docentes que compõem o curso podem se utilizar dos laboratórios de informática disponíveis no Campus. Nestes ambientes podem ser realizadas aulas em que os recursos como: internet e softwares, podem ser utilizados no desenvolvimento do processo de ensino.

As transformações advindas das tecnologias da informação e comunicação possibilitaram a criação de novos espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxos não lineares, que se reorganizam conforme os objetivos ou contextos nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva. Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são estes lugares e os alunos do curso de Administração Pública podem utilizar o Moodle como ambiente de aprendizagem. Neste espaço a utilização de chats ou fóruns possibilitam uma ampliação da interatividade entre docentes e discentes. Além disso tal espaço pode ser utilizado como repositório de conteúdo diversos, como: vídeos, áudios, artigos, ebooks dentre outros que possibilitam o acesso discente a qualquer lugar e tempo.

Há ainda o Sistema Acadêmico em que o aluno tem a possibilidade de acompanhar o Plano de Trabalho da Disciplina, as notas e frequências de modo a imprimir transparência das ações acadêmicas e pedagógicas no curso. Tem-se, também, o Pergamum, recurso em que os discentes e docentes possuem acesso à biblioteca on-line, podendo realizar pesquisa em livros ou periódicos acerca de assuntos sobre sua área de formação e/ou de interesse diversos.

Por fim as aulas são mediadas por recursos tecnológicos como o uso de Projetores de Multimídia e computadores interligadas com a rede de internet wi-fi gratuita com acesso liberado aos alunos, permitindo uma troca de informações e acesso às plataformas de exibição de vídeos e materiais de consulta durante as aulas.

O Curso de Administração Pública – Bacharelado – congrega docentes e discentes a uma série de recursos tecnológicos na conexão do trinômio universitário ensino-pesquisa-extensão. O uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs – ocorre em estudos coletivos, individuais, em apoios de monitoria e formação etc. Os estudantes acessam tais tecnologias como ferramenta de inclusão digital indispensável à formação de bacharel em administração pública. Os professores podem usar plataformas digitais de interação, tais como blogs e sites no qual disponibilizam material de consulta e oferecem espaço para procedimentos de interação assíncronos. As unidades do curso usam, inclusive, as plataformas das redes sociais para manter a comunicação com os alunos, por via de perfil próprio e grupos de debate exclusivos dos alunos.

Tanto pelo Moodle, quanto pelos perfis das redes sociais (página oficial do curso no Facebook e Grupo Fechado do Instituto e dos cursos), são disponibilizados avisos, ações, agilizando o relacionamento e a troca de informações de forma assíncrona e intermitente entre a comunidade atendida pelo curso. Inclusive, o curso está em processo de implementação de um banco de dados virtual com os TCCs produzidos pelos alunos do curso, visando à ampliação do acesso à pesquisa.

As aulas são mediadas por recursos tecnológicos como o uso de Projetores de Multimídia e computadores interligadas com a rede de internet wi-fi gratuita com acesso liberado aos alunos, permitindo uma troca de informações e acesso às plataformas de exibição de vídeos e materiais de consulta durante as aulas. Há, portanto, uma forma relacionada a saberes interconectados com experiências de sala de aula e execuções práticas fomentadas por atividades

didáticas diversas. Os estudantes participam de programas como o PIBIC que lhes possibilitam articular tecnologias e o uso de softwares na medida em que executam os projetos demandados às capacidades do futuro bacharel em Administração Pública.

11. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos. Deste modo, ela precisa estar definida, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico que, deverá prever tempo amplo para o processo de auto-avaliação pedagógica. A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação, a fim de garantir a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. O acompanhamento e a avaliação do processo ensino-aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular resultando na sistematização e disponibilização das informações aos estudantes, a fim de realizar ações para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso. Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e é integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que

garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL.

Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares e extracurriculares.

12. APOIO AO DISCENTE

O apoio discente visa garantir acolhimento e permanência dos graduandos de Administração Pública por meio do NAD – Núcleo de Apoio Discente da Universidade para que permitam acessibilidade metodológica e instrumental aos graduandos.

O NAD – Núcleo de Apoio Discente, é uma instância de apoio acadêmico voltada para otimizar a presença do aluno do curso de Administração Pública – Bacharelado, nas atividades universitárias, visando reduzir o índice de evasão, retenção e maximizar o processo de aprendizagem e vivência dentro do curso.

O NAD¹ visa promover diversas ações através de programas de inserção e capacitação continuada do estudante no universo acadêmico. É pelo NAD que são desenvolvidas as ações de **Monitoria Institucional**; **Simulados de Capacitação**, visando o estabelecimento de ferramentas de avaliação de desempenho; **Tutoria**, onde alunos veteranos acompanham alunos novatos nas atividades acadêmicas e sociais do curso; **Publicação do Guia de Sobrevivência** para o aluno ingressante no curso, idealizado e redigido pelos alunos do curso visando instruir os recém-chegados com as principais informações, localizações e procedimentos de rotina no curso e na UFAL.

¹ A coordenação das atividades do Núcleo de Apoio Discente será feita por dois docentes (titular e suplente) integrantes do colegiado.

No que se refere à **Monitoria**, o Núcleo de Apoio Discente conduzirá o processo seletivo dos monitores seguindo cronograma da Ufal, e acompanhará, através de encontros com os professores responsáveis pela(s) disciplina(s) e com os monitores, o desempenho discente. O cronograma de acompanhamento das atividades será apresentado pelo responsável pela atividade após conclusão de cada processo seletivo.

A **Tutoria**, segue os pressupostos da Resolução n. 25/2005, em seu art. 5º, § 2º prevê a implementação do sistema de tutoria para o atendimento dos(as) alunos(as) reprovados(as) por média, em turmas que não alcancem o mínimo necessário para a formação de turma extra. Nesta situação, não havendo a oferta regular da disciplina no semestre seguinte, o colegiado do curso organizará um programa de tutoria no qual o (a) aluno (a) será matriculado (a), e designará um (a) professor (a) para lhe acompanhar e avaliar, sem a necessidade da formação de turma convencional.

As **Palestras** ou **Mini-cursos** que visam à atualização discente e devem prioritariamente versar sobre temas (ou abordagens) contemporâneos, contemplando temáticas diversas e circulantes no mundo presente, em escalas local e global, não devendo se restringir apenas à área de formação.

Além da representação estudantil já consolidada nas reuniões do colegiado e do amplo diálogo entre as lideranças discentes e o corpo de professores, os alunos instituíram o **Centro Acadêmico** do curso de Administração Pública, mediante a realização dos procedimentos formais cabíveis, por meio desta representação estudantil há o fortalecimento das relações entre docentes, discentes e espaço universitário permitindo tomadas de decisão conjuntas.

Ainda é responsabilidade do NAD apoio no acompanhamento de estágios não obrigatórios e apoio aos discentes interessados em realizar **intercâmbios nacionais e internacionais** que promovam ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

Outra iniciativa discente é a constituição da **empresa júnior de administração pública**, com início em 2016, e objetivando uma maior atuação profissional dos membros envolvidos.

Sobre o horário de atendimento aos alunos, a coordenação conta com dois bolsistas de apoio administrativo, em atuação durante todo o horário do curso (noturno). Além disso, o horário de atendimento por parte dos professores fica distribuído segundo uma escala semanal, na qual cada professor disponibiliza os horários em que ficará responsável por atender os alunos. Os docentes trabalham na atividade de atendimento no mínimo 04 (quatro) horas por semana.

13. NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas do curso foi fundamentado em estudo quantitativos e qualitativos com a comunidade acadêmica antes da abertura da graduação em Administração pública, sendo avaliada a pertinência para a região e a capacidade da instituição UFAL Arapiraca acolher o curso.

Com a oferta de 40 vagas anuais, o curso conta com um corpo docente com o total de 09 professores, em carga horária de 40 horas, em regime de Dedicção Exclusiva, efetivo em dimensões adequadas ao quantitativo de alunos.

Quanto à infraestrutura física do campus para abrigar tal quantitativo de vagas, cumpre mencionar que o curso funciona em turno noturno, quando a Universidade possui estrutura ociosa, uma vez que, nesse horário, funcionam apenas outros dois cursos: Letras e Pedagogia. Além das salas de aula com capacidade para os 40 alunos de cada turma, o campus possui infraestrutura física e tecnológica para a realização de atividades extraclasse.

14. EMENTAS, BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

14.1 Disciplinas Obrigatórias de conteúdo de Formação Básica

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus de Arapiraca Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado
--

Informações Básicas				
SOCIEDADE E CULTURA				
Período	Carga Horária			
Noturno	1 o	Teórica	Prática	Total
		72	-	72
EMENTA				
Sociedade como lócus das relações sociais. Conceito de cultura e notas antropológicas. Reflexões sobre o conceito de sociedade e sua interface com a cultura. A indústria cultural de massa e seu lugar na sociedade capitalista. Cultura e democracia. Discussão sobre a formação sociocultural brasileira. Relações étnico-raciais no Brasil e no Nordeste.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
CANCLINI, Nestor Garcia. As culturas populares no capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.				
CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.				
LARAIA, Roque de Barros. Cultura, um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
CHINOY, Ely. Sociedade: Uma introdução à sociologia. São Paulo. Ed. Cultrix, 2002.				
DAMATTA, Roberto. O que faz o Brasil, Brasil?. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2005.				
FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50a edição. Global Editora. 2005.				
ORTIZ, Renato. Universalismo e diversidade: Contradições da modernidade-mundo. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.				
RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil. 2a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– RACIOCÍNIO LÓGICO E QUANTITATIVO

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	1	72	-	72
	0			

EMENTA

Introdução à Lógica: contextualização, proposições, valores-verdade, formalização, conectivos. Tabela-verdade. Equivalências e implicações lógicas. Álgebra das proposições, argumentos, sentenças abertas, operações lógicas sobre sentenças abertas e quantificadores. Análise combinatória. Funções e equações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KELLER, Vicente; BASTOS, Cleverson Leite. Aprendendo lógica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Rômulo Nunes de; OLIVEIRA, Elthon Alex da Silva. Lógica no cotidiano: ampliando o seu alcance. Florianópolis, SC: Bookess, 2012.

HAZZAN, Samuel. Fundamentos de matemática elementar, 5: combinatória, probabilidade. São Paulo: Atual, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORTARI, Cezar Augusto. Introdução à lógica. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial, 2001.

SALMON, Wesley C. Lógica. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

WALTON, Douglas N. Lógica informal: manual de argumentação crítica. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. São Paulo: Nobel, 1975.

LEHMAN, E.; LEIGHTON, F. T.; MEYER, A. R. Mathematics for Computer Science. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	1	72	-	72
	0			

EMENTA

Contextualização de temas pertinentes a Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Teoria do Estado: Estado Moderno, Estado Contemporâneo. Elementos, organização e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Sistemas de governo. Partidos políticos. Democracia e Sociedade. População, povo, nação e território. Poder do Estado. Separação dos poderes. Sociedade Civil e Ação Política. Tendências contemporâneas em Teoria Política e do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AZAMBUJA, Darcy. Introdução à Ciência Política. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1989.
- BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Trad. Carmem C. Varriale et al. 13ª ed. Brasília: UNB, 2010.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RIBEIRO, Renato Janine. A Democracia. Publifolha. São Paulo, 2008.
- WEFFORT, Francisco, C. (Org). Os clássicos da política. V. 1. 14. ed. – São Paulo: Ática, 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- RUNCIMAN, Walter Garrison. Ciência social e teoria política. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência política e teoria geral do Estado. 7.ed. Porto Alegre: Liv. dos Advogados, 2010.
- WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. Cultrix, 1968.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	1			
	0	72	-	72

EMENTA

A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a familiarização com os princípios básicos e fundamentais da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas diversas esferas de atuação profissional, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de ajudá-los na compreensão e interpretação de aspectos políticos e sociais das decisões públicas e dos movimentos relativos ao mercado interno e externo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2009.

MANKIW, Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de Economia. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

WEBER, M. Economia e Sociedade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORDEIRO, Marcos Pires. Economia para Administradores. São Paulo: Saraiva, 2005.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2005.

MENDES, Carlos Magno; TREDEZINE, Cícero Antônio de Oliveira. Introdução à economia. Maceió: Q Gráfica, 2007.

PARKIN, Michael. Economia. São Paulo: Pearson, 2009.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (org.). Manual de introdução à economia. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2000

TROSTER, Roberto Luis; MOCHON MORCILLO, Francisco. Introdução à economia. São Paulo: Makron Books, 1994

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- ESTATÍSTICA I

Período		Carga Horária		
Noturno	1	Teórica	Prática	Total
	0	72	-	72

EMENTA

Estudo dos principais mecanismos da estatística, facilitando a tomada de decisão e utilização de métodos quantitativos específicos. A disciplina abordará os seguintes itens: conceitos básicos de estatística, Estatística descritiva, Introdução à probabilidade e suas aplicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRESPO, A. A. Estatística fácil. 19ª edição; São Paulo: Saraiva, 2009.
 BECKER, J. L. Estatística básica: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.
 AGRETI, A.; FINLAY, B. Métodos estatísticos para as Ciências Sociais. 4ª ed. (Série Métodos de Pesquisa) Porto Alegre: Penso, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.
 BRUNI, A.L. Estatística Aplicada à Gestão Empresarial. São Paulo: Atlas, 2011.
 FONSECA, J. S. da. MARTINS, G. de A. Curso de estatística. São Paulo: Atlas, 1995.
 TRIOLA, M.F. Introdução à Estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
 FERREIRA, D.F. Estatística Básica. Lavras. Editora UFLA, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- FEDERALISMO E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Período		Carga Horária		
Noturno	20	Teórica	Prática	Total
		72	-	72

EMENTA

A disciplina abordará os seguintes aspectos: introdução ao federalismo. Federalismo no Brasil. Cooperação federativa. Federalismo Fiscal. Encargos e responsabilidades federais e governos subnacionais. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários. Governos estaduais no Federalismo Brasileiro. Federalismo e os municípios brasileiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 22ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2001.

LINHARES, Paulo de Tarso Frazão. MENDES, Constantino Cronemberger. LASSANCE, Antonio. Federalismo à brasileira: questões para discussão. Brasília: Ipea, 2012.

NETO. Aristides Monteiro. Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações governativas em debate. Brasília: Ipea, 2014

FERREIRA, Wolgran Junqueira. O município à luz da Constituição Federal de 1988. 2ª ed. rev. Bauru: EDIPRO, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Federalismo e região: dois breves estudos. Maceió: EDUFAL: Fundação e Casa de Penedo, 1997.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil. Dados Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.45, n. 3, p. 431 458, 2002.

NOGUEIRA, Octaciano. Constituições brasileiras: 1824. Brasília: Senado Federal, CEE/ MCT, 2001.

PEREIRA-BRESSER, Luís Carlos. Estado, aparelho do Estado e sociedade civil. Brasília: ENAP, 1995.

REZENDE, Fernando; OLIVEIRA, Fabrício (orgs) Descentralização e Federalismo Fiscal no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas				
– INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA GESTÃO				
Período		Carga Horária		
Noturno	20	Teórica	Prática	Total
		72	-	72
EMENTA				
Fundamentos da Contabilidade: conceito, objeto, objetivos, usuários das informações contábeis e técnicas contábeis. Princípios de Contabilidade. Patrimônio: conceito, aspectos, situação patrimonial e representação gráfica. Procedimentos contábeis básicos. Contas e Plano de Contas. Escrituração e Livros de Escrituração. Balancete de Verificação. Estrutura e elaboração das Demonstrações Contábeis.				
BIBLIOGRAFIA BASICA				
IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito, engenharia. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.				
MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.				
_____. Contabilidade empresarial. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.				
PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária: texto e exercícios. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ABREU, Ari F. de. Fundamentos de contabilidade utilizando o Excel. São Paulo: Saraiva; 2005.				
CRUZ, June Alisson Westarb; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. Contabilidade introdutória descomplicada. 4ª ed. Curitiba: Juruá, 2011.				
MÜLLER, Aderbal Nicolas. Contabilidade básica: fundamentos essenciais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.				
SILVA, Cesar Augusto Tiburcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- MATEMÁTICA I

Período		Carga Horária		
Noturno	20	Teórica	Prática	Total
		72	-	72

EMENTA

Estuda o conhecimento dos principais mecanismos da matemática, a fim de facilitar a tomada de decisão e utilização de métodos específicos de gestão. Conteúdos: Revisão de matemática elementar. Limite e Continuidade. Derivadas. Regras de derivação: soma, subtração, produto, quociente e cadeia, com aplicação nas Ciências Sociais. Estudo de funções diferenciáveis e integrais aplicadas à gestão.

BIBLIOGRAFIA BASICA

GOLDSTEIN, Larry J. et al. Matemática aplicada: economia, administração e contabilidade. São Paulo: Bookman Editora, 2016.

HARIKI, Seiji. Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade. São Paulo: Saraiva, 2010.

HOFFMANN, Laurence D. Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações. 11ª ed. Rio de Janeiro: LTC S/A, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MUROLO, Afrânio Carlos. BONETO, Giácomo Augusto. Matemática Aplicada à Administração, Economia e Contabilidade. 2ª ed. São Paulo: CENGAGE, 2011.

SOO, T. Tan. Matemática aplicada a administração e economia: tradução da 9ª edição norte-americana. 3ª ed. São Paulo: CENGAGE, 2014.

CHIANG, Alpha; WAINWRIGHT, Kevin. Matemática para economistas. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

SIMON; Carl; BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

GUIDORIZZI. Um curso de cálculo - vol. 1. 5ª edição, LTC, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- MICROECONOMIA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	30	72	-	72

EMENTA

Estudo do funcionamento do mercado, das decisões econômicas dos consumidores e dos produtores e os impactos de políticas econômicas, a fim de entender o papel das estratégias na tomada de decisões, principalmente em oligopólios, apresentamos a teoria de jogos em nível introdutório. Nesse estudo busca-se analisar o equilíbrio de mercado (parcial), o impacto de choques exógenos no equilíbrio, elasticidades, os efeitos de bem-estar de políticas governamentais nos mercados competitivos, utilizando exemplos reais da economia Brasileira e internacional, para que o aluno esteja habilitado a analisar os problemas microeconômicos de maneira qualitativa e quantitativa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIWI, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PINDYCK, R.S. & RUBINFELD, D.L. Microeconomia: 4ª ed. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, H.R. Microeconomia: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAIDYA, T.K.N; AJUBE, F.A.L; MENDES, M.R.C. Introdução a microeconomia. São Paulo: Atlas, 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. Economia: em 10 lições. São Paulo, Makron Books, 2000.

MONTORO FILHO, André Franco et alli. Manual de Economia: equipe de professores USP. São Paulo, Saraiva. 1998.

SOUZA, Washington José de. Economia micro e macro. Maceió: Q Gráfica, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- INTRODUÇÃO A ADMINISTRAÇÃO

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	3	72	-	72
	0			

EMENTA

Condicionantes sociais, históricos e econômicos do surgimento da administração como área do conhecimento científico; Evolução das teorias administrativas e suas escolas de pensamentos (Administração Científica, Clássica, Abordagem das Relações Humanas, Modelo Burocrático, Sistêmico-Contingencial); e apresentar os aspectos gerais das atividades administrativas no que diz respeito aos aspectos de: planejamento, organização, direção e controle.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2002.
- MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabela F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 3ª ed. São Paulo: CENGAGE, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- LACOMBE, Francisco José Masset; HEILBORN, Gilberto Luiz José. Administração: princípios e tendências. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- SILVA, R. O. Teorias da Administração. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	30	72	-	72	-

EMENTA

Noções de Direito, princípios, norma jurídica e outras normas sociais. Fontes do Direito. Conceito de Estado: origem, formação e elementos. Estado de Direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito. Poder e funções do Estado. Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Organização do Estado brasileiro. Poder Executivo, Legislativo e Judiciário: funções, organização e responsabilidade. Processo legislativo. Constituição: classificação e poder constituinte. Supremacia da Constituição, controle de constitucionalidade e remédios constitucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DALLARI, D.A. Elementos da Teoria Geral do Estado, São Paulo: Saraiva, 1989
 MARTINS, S. P. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2002
 PEREIRA, BRUNO YEPES. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, K.G. Direito Constitucional Público, Belo Horizonte: Del Rey, 1999
 DOWER, N. G. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Saraiva, 2005.
 SILVA, J.A. Curso de Direito Constitucional Positivo, São Paulo: Revista dos Tribunais/Malheiros Editores, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	30				-
		72	-	72	

EMENTA

Discussão sobre a sociedade brasileira a partir de seu desenvolvimento e as contradições assumidas por esse na sua formação social. O Estado e suas intervenções na sociedade brasileira. Relações de trabalho. Desenvolvimento e meio ambiente. Flexibilização das relações de trabalho. Os processos de trabalho no capitalismo contemporâneo. Direitos humanos e democracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHAUÍ, Marilena; SANTOS, Boaventura de Souza. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: CORTEZ, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista / O ornitorrinco. São Paulo. Boitempo editorial, 2003.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.) O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores. São Paulo: Outras expressões, 2012.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Annablume/Hucitec, USP, 2002.

FURTADO, Celso. O Mito do desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI - Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- DIREITO ADMINISTRATIVO

Período		Carga Horária			-
Noturno	4	Teórica	Prática	Total	
	0	72	-	72	

EMENTA

Pessoas jurídicas administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública Direta e Indireta. Regime jurídico-administrativo. Princípios constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções gerais sobre procedimento administrativo. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, M.S.Z. Direito Administrativo. 23ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.
 JUSTEN FILHO, M. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2005.
 MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, C.R. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 1995.
 CRETELLA JR, J. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 1992.
 MELLO, C.A.B. Curso de Direito Administrativo. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- MACROECONOMIA

Período		Carga Horária			-
Noturno	4 0	Teórica	Prática	Total	
		72	-	72	

EMENTA

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Relações com o exterior; Equilíbrio geral; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira. Campinas: Alinea, 2006.

BLANCHARD, Olivier (Olivier J.). Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1999

LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M A S. Manual de macroeconomia básico e intermediário. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DORNBUSH, R. e Fischer, S. Macroeconomics. 6ª ed. New York: McGraw-Hill 1994.

HALL, R.E. e TAYLOR, J.B. Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– ECONOMIA BRASILEIRA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	5			
	0	72	-	72

EMENTA

Evolução histórica do desenvolvimento econômico brasileiro no período republicano. O processo de substituição das Importações. A Era Vargas. JK: 50anos em 5. Milagre econômico. I e II PND. A década perdida. Planos de Estabilização: do cruzado ao Plano Real. A evolução recente da economia no Brasil e seus impactos para a sociedade: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAER, W. A economia brasileira. São Paulo. Nobel, 1996

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 7ª ed. Atlas, 2007.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 23ª ed. São Paulo: Nacional, 1989.

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: da estabilização ao crescimento. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. Economia brasileira: uma introdução crítica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LOPES, L. Economia Brasileira: Da Estabilização ao Crescimento. São Paulo: Atlas, 2009.

TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

VERSIANI, F. Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização. São Paulo: Saraiva, 1978.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	50				-
		72	-	72	

EMENTA

O papel do Estado e o sistema tributário. Política tributária e construção normativa. Princípios do Direito Tributário. Análise de conceitos de Direito Tributário. Tributação na Constituição Federal. Hipótese de incidência, fato gerador e obrigação tributária. Espécies de tributos. Legislação financeira e orçamentária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.

BATISTA JUNIOR, O.A. O Planejamento Fiscal e a Interpretação no Direito Tributário. Belo Horizonte, Melhoramentos, 2002.

SABOYA, Maurício; BOUERI, Rogério. Aspectos do desenvolvimento fiscal. Distrito Federal: IPEA, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, C.H.: Prática de Planejamento Tributário: como fazer Planejamento Tributário. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

BORGES, H.B. Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 6ª ed. rev., São Paulo, Atlas, 2001.

_____. Gerência de Impostos: IPI, ICMS e ISS. 3ª ed. São Paulo, Atlas, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	5				-
	0	72	-	72	

EMENTA

Estudo das capitalizações simples e composta. Descontos simples e composto. Fluxos de caixa e equivalência de fluxos de caixa. Sistemas de Amortização de empréstimo e financiamento. Noções de análise de investimento. Introdução à análise de projetos de investimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMANEZ, Carlos Patricio. Matemática financeira: aplicações à análise de investimentos. 4ª ed. Prentice Hall, 2006.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOBRINHO, J. D. V. Manual de aplicações financeiras HP-12c. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANCISCO, Walter de. Matemática financeira. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

FERREIRA, Roberto G. Tesouro direto e outros investimentos financeiros: LTN, LFT, NTN, CDB, RDB, LCI e LI: planos financeiros e atuariais de aposentadoria. São Paulo: Atlas, 2015.

HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W; JAFFE, Jeffrey F. Administração financeira: corporate finance. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2002

14.2 Disciplinas Obrigatórias de conteúdo de Formação Profissional

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus de Arapiraca Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado
--

Informações Básicas					
- TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Período		Carga Horária			-
Noturno	2	Teórica	Prática	Total	
	0	72	-	72	
EMENTA					
Escolas do pensamento administrativo. Teoria administrativa sob o foco da Administração Pública. Tradições do estudo de administração pública: administração pública antiga, gerencialista e novo serviço público. Dicotomias: entre política e administração, entre teoria e prática, entre fato e valor etc. O Novo Serviço Público e a Coprodução.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DENHARDT, Robert B. Teorias da administração pública. 6.ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2012.					
PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.					
PASCARELLI FILHO, Mário. A nova administração pública: profissionalização, eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2018.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
FERLIE, E. A nova administração pública em ação. Brasília: ENAP, 1999.					
NUNES, Edson de Oliveira et al. Agências reguladoras e reforma do Estado no Brasil: inovação e continuidade no sistema político institucional. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.					
OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 2ª ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.					
PEREZ, Marcos Augusto. A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004.					

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- ESTATÍSTICA AVANÇADA PARA GESTÃO

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	20				-
		72	-	72	

EMENTA

Estudo da Estatística Avançada na Administração Pública, abordando uma introdução conceitual da Estatística Inferencial e suas aplicações. Assim, a matéria trata de probabilidade, das distribuições discretas e contínuas de amostragem, dos intervalos de confiança, testes de hipóteses e regressões lineares simples e múltiplas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, D.R.; SWEENEY, D.J.; WILLIAMS, T.A.; Estatística Aplicada à Administração e Economia. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à administração. 3ª ed. rev. ampl. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.

DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. Estatística aplicada à administração e economia. 4ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LEVINE, David M; STEPHAN, David F.; BERENSON, Mark L. Estatística: teoria e aplicações: usando o Microsoft Excel em português. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2000.

LARSON, R.; FARBER, L. Estatística aplicada. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2004.

BARBETTA, P.A. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis. Editora da UFSC, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- CONTABILIDADE PÚBLICA

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	3				-
	0	72	-	72	

EMENTA

Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Orçamento Público. Receita e despesa pública. Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP). Sistema Contábil Público. Contabilização na Administração Pública. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, I: Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2004.

JANNY TEIXEIRA, H & SANTANA, S M. Remodelando a gestão pública. São Paulo: Edgard Blücher, 1994.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Balanços públicos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANGELICO, J. Contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 1992.

CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e contabilidade pública: teoria, prática e mais de 800 exercícios. 5. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRUZ, F. Auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDICIBUS, S; MARTINS, E; e GELBCKE, E R. Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo: Atlas, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- ACE I / PROJETO / 1ª SEMESTRALIDADE

Período		Carga Horária			Modalidade
		Teórica	Prática	Total	Projeto
Noturno	40	-	72	72	1ª semestralidade

EMENTA

Ações de extensão no campo da Administração Pública. Capacitação, diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação, sob a forma de elaboração de projetos, consultorias temáticas, acompanhamento, apoio e/ou orientação organizacional relacionado às disciplinas e temas de interesse do curso. Construção de estratégias que permitam capacitar pessoas, melhorar processos, fortalecer organizações, divulgar e fortalecer políticas públicas e solucionar problemas, além de contribuir positivamente com a sociedade e com o fortalecimento dos espaços democráticos, participativos e sociais do Estado de Alagoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

O IMPACTO das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 2ª ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79, 2001.

BRASIL. Lei 12.288 DE 20/07/2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Lei 12.711 de 29/08/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. Lei 13.146 de 06/07/2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira;
ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos
e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano
Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em:
<<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São
Paulo: Cortez, 1986.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. Extensão: meio de comunicação entre
universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p.
157-169, jan./jun. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das
Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão
Universitária, Manaus, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 04/2018 –
Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão
como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de
graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 65/2014 –
Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das
diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- AUDITORIA E CONTROLADORIA NA GESTÃO PÚBLICA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	40	72	-	72

EMENTA

Princípios da Administração Pública. Estrutura e Sistema de controle na Administração Pública. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Introdução à auditoria governamental. Normas fundamentais de auditoria. Tipos de Auditoria Governamental. Auditoria interna e externa na Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NAKAGAWA, Masayuki. Introdução à controladoria: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras. Manual de auditoria governamental. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura e aplicação. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- POLÍTICAS PÚBLICAS

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	4	72	-	72
	0			

EMENTA

Concepções desenvolvimentista e neoliberal de políticas públicas. As ambivalências do conceito de política e de políticas públicas. As noções de público e privado, público e estatal, público e governamental. Tipologias de Políticas Públicas. O Ciclo de Políticas Públicas. Instituições e atores no processo de políticas públicas. Estilos de Políticas Públicas. O setor público não-estatal e as políticas públicas. Noções de eficácia, eficiência e efetividade das políticas públicas. Políticas Públicas e participação. Estudos de caso de temas emergentes em políticas públicas. Políticas Públicas de promoção da igualdade racial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TEIXEIRA, E. C.; RIBEIRO, I. (orgs.) Políticas Públicas e Cidadania. Coleção Ufba em Campo - Estudos. Salvador: EDUFBA/PROEX, 2001.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). Políticas públicas. coletânea volume 2. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas. Conceitos, esquemas de análise e casos práticos. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Análise de políticas públicas: da técnica às ideias. Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.2, p.13-34, jul/dez. 2015.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus de Arapiraca Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado
--

Informações Básicas				
- GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO				
Período		Carga Horária		
Noturno	50	Teórica	Prática	Total
		72	-	72

EMENTA

Introdução à Burocracia; Evolução Histórica da burocracia brasileira; Tendências da Gestão de pessoas face à Reforma do Aparelho do Estado e dos Modelos Burocrático e Gerencial e Governança Democrática; Burocracia de nível de rua; Gestão por Competências; Teorias de motivação, inteligência emocional e outras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2008.

MILKOVICH, George T; BOUDREAU, John W. Administração de recursos humanos. Atlas, 2000.

SNELL, Scott; BOHLANDER, George. Administração de recursos humanos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos humanos: o capital humano das organizações. 8ª ed. Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Betania Tanure de; EVANS, Paul; PUCIK, Vladimir. A gestão de pessoas no Brasil: virtudes e pecados capitais. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2007.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, FGV. A estrutura da burocracia do Estado brasileiro: uma análise a partir do funcionalismo público. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (Org). Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

LIPSKY, Michael. Burocracia do nível de rua. Brasília: ENAP, 2019.

PIRES, Alexandre Kalil *et al.* Gestão por competências em organizações de governo. Brasília: ENAP, 2005.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018.

WEBER, Max. O que é burocracia? Brasília: CFA, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas				
- PROCESSOS ORGANIZACIONAIS NA GESTÃO PÚBLICA				
Período		Carga Horária		
Noturno	50	Teórica	Prática	Total
		72	-	72

EMENTA

Organogramas e Fluxogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Gestão de Processos em organizações públicas. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; Tendências atuais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SORDI, J. Gestão por Processos: uma abordagem da moderna Administração. São Paulo: Saraiva, 2005.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia, práticas. 2ª ed. atual. São Paulo: Atlas, 2007.

ARAÚJO, Luis César G. de. Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional. 2ª ed. Atlas, 2006.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, métodos e processos: administrando organizações por meio de processos de negócios. 2ª ed. Atlas, 2005.

TACHIZAWA, Takeshy; SCAICO, Oswaldo. Organização flexível: qualidade na gestão por processos. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONCALVES, José Ernesto Lima. As empresas são grandes coleções de processos. Rev. adm. empresas., São Paulo, v. 40, n. 1, p. 6-9, mar. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 dez. 2017.

GONCALVES, José Ernesto Lima. Processo, que processo?. Rev. adm. empresas., São Paulo, v. 40, n. 4, p. 8-19, dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000400002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 05 dez. 2017.

BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: Mc Graw Hill, 1990.

PRÉVE, Altamiro Damian. Organização, sistemas e métodos. Florianópolis: UFSC, 2006.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. Auditoria de processos organizacionais: teoria, finalidade, metodologia de trabalho e resultados esperados. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (Org). Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– METODOLOGIA E PROJETO DE PESQUISA

Período		Carga Horária			-
Noturno	60	Teórica	Prática	Total	
		72	-	72	-

EMENTA

Técnicas de estudos, organização de leitura, interpretação e produção de texto acadêmico. Ciência, metodologia e pesquisa em Administração. ABNT: NBR's 6023, 6024, 6027, 6028, 6034 e 10520. Diferenças entre as abordagens quantitativa e qualitativa. Estrutura e organização de trabalhos científicos. Métodos e as técnicas mais utilizadas na pesquisa. Elaboração de um projeto de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 2ª ed. Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia C. Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses. 5ª ed. rev. e ampl. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	6				
	0	72	-	72	

EMENTA

Teorias e modelos de planejamento governamental. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Características e etapas do planejamento. Métodos e técnicas do planejamento. Estrutura e sistema de planejamento governamental: PPA. Planejamento e políticas públicas. Técnicas de programação governamental. Avaliação e acompanhamento de ações governamentais. Construção de indicadores de desempenho e avaliação. Planejamento subnacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo
 Henrique Feijó da. Gestão de finanças públicas: fundamentos e práticas de Planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2ª ed. Brasília: Gestão Pública, 2008.
- CARVALHO, HORÁCIO M., Introdução à teoria do planejamento. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. 3ª edição rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2008
- LAFER, BETTY M., Planejamento no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo. Planejamento e programação na administração pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília] CAPES: UAB, 2011.
- PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil. 2ª edição rev. e atual. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.
- REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.
- SILVA, J. Manual de Execução Orçamentária e contabilidade pública. Brasília: Ed Brasília Jurídica, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CRUZ, F et al. Comentários à Lei nº 4.320/64. São Paulo: Atlas, 2006.

HUERTAS, F. O método PES: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MARQUES, Euvaldo. Finanças Públicas, Administração Financeira e Orçamentária. São Paulo, Ed. Saraiva, 2015.

MATUS, C. Estratégias políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MATUS, C. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- PROCESSO DECISÓRIO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	6				
	0	72	-	72	

EMENTA

Administração como um processo de tomada de decisões: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão. Governança Pública. Estado e regulação econômica. Agências Reguladoras e análise de impacto regulatório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASSARRO, Antônio Carlos. Sistemas de informações para tomadas de decisões. 4ª ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (Org). Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAVARES, Jean Max. Teoria dos jogos: aplicada à estratégia empresarial. Rio de Janeiro: LTC, 2009

SORDI, J. Gestão por Processos: uma abordagem da moderna Administração. São Paulo: Saraiva, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Campus de Arapiraca
Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- ACE I / PROJETO / 2ª SEMESTRALIDADE

Período		Carga Horária			Modalidade
		Teórica	Prática	Total	Projeto
Noturno	6 0	-	72	72	2ª semestralidade

EMENTA

Ações de extensão no campo da Administração Pública. Capacitação, diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação, sob a forma de elaboração de projetos, consultorias temáticas, acompanhamento, apoio e/ou orientação organizacional relacionado às disciplinas e temas de interesse do curso. Construção de estratégias que permitam capacitar pessoas, melhorar processos, fortalecer organizações, divulgar e fortalecer políticas públicas e solucionar problemas, além de contribuir positivamente com a sociedade e com o fortalecimento dos espaços democráticos, participativos e sociais do Estado de Alagoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

O IMPACTO das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2013.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 2ª ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. Educação Brasileira, v. 23, n. 47, p. 65-79, 2001.

BRASIL. Lei 12.288 DE 20/07/2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Lei 12.711 de 29/08/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. Lei 13.146 de 06/07/2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004.

GURGEL, R. M. Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez, 1986.

BUFFA, E.; CANALES, P. R. Extensão: meio de comunicação entre universidade e comunidade. EccoS Revista Científica, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 04/2018 – Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 65/2014 – Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	6	72	-	72	
	0				

EMENTA

Elementos fundamentais dos Serviços Públicos. Reforma do Estado, regulação e implementação dos Serviços Públicos. Organização e classificação dos sistemas de prestação de serviços públicos. As competências e formas de execução dos serviços públicos. Delegação dos serviços públicos. Direitos dos usuários de serviços públicos. As parcerias público-privadas. Accountability e Agências reguladoras nos serviços públicos. Participação do cidadão na definição do modelo de serviços públicos: inovação nas práticas de acesso e uso (carta de serviços, aplicativos, serviços compartilhados etc.). A proposta do Novo Serviço Público. Alianças, redes, parcerias e outras formas locais da produção e gestão dos serviços públicos. Experiências inovadoras na gestão dos serviços públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAGÃO, Alexandre Santos de. O Conceito de Serviço Público no Direito Constitucional Brasileiro. Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, v. 61, p. 27-79, 2006.

CAMPOS, Rodrigo Augusto de Carvalho. A confluência de competências para regulação dos serviços públicos segundo a compreensão dos Tribunais Superiores. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, 2010.

SANTOS, José Anacleto Abduch. Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro. Curitiba: Juruá, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONFORTO, Gloria. Descentralização e regulação da gestão de serviços públicos. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: FGV, v32, n.1, p.27-40, jan/fev, 1998.

FADUL, Élvia M. Cavalcanti. Redefinição de espaços e papéis na gestão de serviços públicos: fronteiras e funções da regulação social. Rev. adm. contemp., Curitiba, v. 1, n. 1, p. 55-70, abr. 1997.

FADUL, Élvia ou CAVALCANTI FADUL, E. M. Reforma do Estado e Serviços Públicos: Transformação de um modelo ou adaptação à uma nova ordem social? RAUSP. Revista de Administração, São Paulo, v. 34, n.1, p. 9-28, 1999.

GALVÃO, Maria Cristina C.P. (org.) et al. *Novas Formas de Gestão dos Serviços Públicos: a relação público-privado. Relatório de Pesquisa.* São Paulo: FUNDAP, 1995.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. A experiência brasileira nas concessões de serviço público, in: *Biblioteca Digital Interesse Público – IP*, Belo Horizonte, ano 9, n. 42, maio de 2007.

JONHSON, Bruce B, SAES, Flávio Azevedo Marques de., TEIXEIRA, Hélio Janny., WRIGHT, James Terence Coulter. *Serviços Públicos no Brasil: Mudanças e Perspectivas.* Editora Edgard Blücher Ltda., São Paulo, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	7				
	0	72	-	72	

EMENTA

Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal e atividade econômica e finanças públicas. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento. O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GIAMBIAGI, Fábio e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil. 3ª edição rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2008.
- MARQUES, Euvaldo. Finanças Públicas, Administração Financeira e Orçamentária. São Paulo, Ed. Saraiva, 2015.
- OLIVEIRA, Fabricio Augusto de Oliveira. Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil. São Paulo: Ed. Hucitec, 2012.
- PEREIRA, José Matias. Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil. São Paulo, 2ª edição rev. e atual. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.
- REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CRUZ, F et al. Comentários à Lei nº 4.320/64. São Paulo: Atlas, 2006
- GIACOMANI, J. Orçamento Público. 16ª edição rev. e atual. São Paulo: Ed Atlas, 2012.
- SILVA, J. Manual de Execução Orçamentária e contabilidade pública. Brasília: Ed Brasília Jurídica, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM POLÍTICA E DEMOCRACIA

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	70	72	-	72	-

EMENTA

Representação, deliberação e ideologia nas democracias liberais. Representação política e ideológica: modelos teóricos, partidos políticos, e sistemas eleitorais. Deliberação coletiva e opinião pública: contributos para a democracia. O discurso do fim da ideologia e a dicotomia esquerda-direita: persistência e validade, novas e velhas clivagens. Capitalismo ou capitalismo? As democracias liberais e a globalização. Estado, mercado e problemas de coordenação. Reprodução institucional e política: as variedades do capitalismo entre a diversidade e a convergência. A transnacionalização do capitalismo e as instituições políticas. Democracia e regimes autoritários. Teorias da democratização. Democracia e instituições. Ditaduras e regimes autoritários competitivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Carlos Ranulfo Melo; Manuel Alcântara Sáez (org.) A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique; América latina, desafios da democracia e do desenvolvimento: volume 1: governabilidade, globalização e políticas econômicas para além da crise. São Paulo: Campus, 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A democracia necessária. 2. ed. Campinas: Papirus, 1985.
- PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam.; MOISÉS, José Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Dilemas da consolidação da democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- BOBBIO, Norberto. Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOFMEISTER, Wilhelm; SANTOS, Gustavo Adolfo P. D. Os partidos políticos na democracia: uma introdução para a formação política. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

AVRITZER, Leonardo (Orgs). Corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.

BAQUERO, Marcello; ARTURI, Carlos S. Brasil: transição, eleições e opinião pública. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

BELL, Daniel. O fim da ideologia. Ed. da UnB, 1980.

BORN, Rogério Carlos. Valores políticos, ideológicos, cívicos e culturais. Editora Intersaberes. 2017.

DELGADO, Maurício Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (Org.). O Estado de bem-estar social no século XXI. São Paulo: LTr, 2007.

FERNANDES, Florestan. A ditadura em questão. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

OFFE, Claus. “Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas”, em Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1972].

STREECK, Wolfgang. “As crises do capitalismo democrático.” Novos Estudos, nº 92, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”, em O poder simbólico. Lisboa: Difel, s.d. [1981].

PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, 2004.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 443- 464, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAIM, Antonio; BARROS, Reynaldo. Curso de introdução ao pensamento político brasileiro: Unidade XI e XII : A opção totalitária e Correntes e temas políticos contemporâneos. Brasília, DF: Ed. da UnB, 1982.

BRASIL, Assis; BARRETTO, Vicente. A Democracia representativa na República (antologia). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1983.

LAVAREDA, Antônio. Representação, legitimidade e crise política: introdução aos argumentos do liberalismo e de seus críticos. Recife: Ed. da UFPE, 1985.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Representação política. : Ática, 1988.

KEANE, John. Democracia y sociedad civil. Madrid: Alianza, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Luciano Aronne de. Autoritarismo e desenvolvimento: Um estudo do político no Brasil. EdiPUC-RS. 2017.

URGATE, Pedro Salazar. Que participação para qual democracia? In: COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: 34, 2004.

YOUNG, Iris M. Representação política, identidades e minorias. Lua Nova. São Paulo. 2006.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. Lua Nova, 1997.

COELHO, V.S.P.; NOBRE, M. (Org.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: 34, 2004.

ARAUJO, Cicero. Representação, soberania e a questão democrática. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 1, p. 47-61, jan./jun. 2009.

FLAVIA D'URSO. A crise da representação política do Estado: perspectivas da soberania em Carl Schmitt, Michel Foucault e Giorgio Agamben. Manole. 2015.

ANASTASIA, Fátima, MELO, Carlos Ranulfo e SANTOS, Fabiano. (2004), Governabilidade e Representação Política na América do Sul. Rio de Janeiro/São Paulo, Fundação Konrad Adenauer/Unesp.

GENRO, Tarso Fernando. Crise da democracia: direito, democracia direta e neoliberalismo na ordem global. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

AVRITZER, Leonardo. A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG; São Paulo: Perspectiva, 1996.

CERVI, Emerson Urizzi. Opinião Pública e Comportamento Político. Editora Intersaberes. 2010.

DWORKIN, Ronald. Democracia deliberativa y derechos humanos. Barcelona [Espanha]: Gedisa Editorial, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas					
– ACE II / PROJETO / 1ª SEMESTRALIDADE					
Período		Carga Horária			Modalidade
Noturno	7 0	Teórica	Prática	Total	Projeto
		-	72	72	1ª semestralidade
EMENTA					
<p>Ações de extensão no campo da inovação em gestão social e economia solidária. Capacitação, diagnóstico, análise de problemas, planejamento e intervenção em empreendimentos de economia social e solidárias, negócios sociais, fóruns e redes de economia solidária, organizações associativas e organizações não governamentais. Construção de estratégias que permitam capacitar pessoas, melhorar processos, fortalecer organizações e solucionar problemas, com base em princípios de governança participativa, emancipação social e econômica, cooperação e direitos humanos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de (orgs.). Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005.</p> <p>FRANÇA FILHO, G., LAVILLE, J.L.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (orgs.) Ação pública e economia solidária – uma perspectiva internacional. Salvador-Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2006.</p> <p>CATTANI, LAVILLE, GAIGER E HESPANHA (orgs.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009.</p> <p>GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2010.</p> <p>DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.</p> <p>CHANLAT, Jean-François. Ciências Sociais e Management: Reconciliando o Econômico e o Social. São Paulo: Atlas, 2000.</p>					

SINGER, P. e SOUZA, A.R. (org.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

GOERCK, C. Economia popular solidária: mapeamento das experiências no Rio Grande do Sul e no Brasil. Canoas: ULBRA, 2010.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 04/2018 – Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 65/2014 – Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS

Período		Carga Horária			
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	8				-
	0	72	-	72	

EMENTA

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENEZES, Luís César de Moura. Gestão de projetos. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos: guia PMBOK. 3ª ed. Newton Square: Project Management Institute, 2004.

LÜCK, Heloísa. Metodologia de projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

HELDMAN, Kim; HELDMAN, Kim. Gerência de projetos: fundamentos: um guia prático para quem quer certificação em gerência de projetos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Claudinê Jordão de. Elaboração e administração de projetos. Maceió: SEaD/UFSC, 2010.

XAVIER, Carlos Magno da Silva. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar escopo do projeto. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CLELAND, David L.; IRELAND, Lewis R. Gerenciamento de projetos. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, Ed. LAB, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- LICITAÇÕES E CONTRATOS

Período		Carga Horária			-
Noturno	80	Teórica	Prática	Total	
		72	-	72	

EMENTA

Marcos regulatórios da Administração Pública e o formato organizativo-institucional do Estado contemporâneo. Formas jurídicas de interação entre Estado e sociedade. Licitação: noção geral, legislação e princípios. Dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades de licitação. Fases da licitação. Tipos de licitação. Contrato administrativo: conceito, distinções e espécies. Cláusulas exorbitantes. Equação econômico-financeira. Parcerias da Administração Pública. Privatização e descentralização administrativa. Concessão comum, concessão especial, permissão e autorização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 12ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MEIRELLES, H. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

PIOVESAN, F. Direitos humanos e o direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVAREZ, S. Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ARAÚJO, L. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade Civil e espaços públicos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

PIOVESAN, F. Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do direito constitucional internacional. São Paulo: Max Limonad, 2002.

RESEK, J. F. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 1998.

RUBARTH, E. A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde. Brasília: Instituto Rio Branco/ Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

SANTOS, W. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- GESTAO DE INFORMAÇÕES NA GESTÃO PÚBLICA

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno	80	72	-	72	

EMENTA

Aspectos da sociedade contemporânea e suas inter-relações com as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação). Estudo dos sistemas de informação computacionais e sua importância dentro das organizações. Informação e gestão organizacional. Gestão do conhecimento. Inteligência organizacional. Gestão documental. Perspectivas da gestão das informações no setor público. Informação, cidadania e democracia. Experiências do governo eletrônico. Segurança da Informação. Indicadores de Gestão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 9ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

MAÑAS, Antônio Vico. Administração de sistemas de informação. 7ª ed. São Paulo: Érica, 2007.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informação gerenciais. 11ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, Cengage Learning, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Sistema de Informação: planejamento e alinhamento estratégico nas organizações. Rio de Janeiro: Bookman, 2003.

BRITO, Lydia Maria Pinto. Gestão de competências, gestão do conhecimento e organizações de aprendizagem: instrumentos de apropriação pelo capital do saber do trabalhador. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.

CASTELLS, Manuel; GERHARDT, Klaus Brandini. O poder da identidade. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

MORGAN, G. Imagens da Organização. São Paulo: Atlas, 2002.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). Sociedade da informação no Brasil: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Campus de Arapiraca
Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas					
– ACE II / PROJETO / 2ª SEMESTRALIDADE					
Período		Carga Horária			Modalidade
Noturno	80	Teórica	Prática	Total	Projeto
		-	72	72	2ª semestralidade
EMENTA					
<p>Ações de extensão no campo da inovação em gestão social e economia solidária. Capacitação, diagnóstico, análise de problemas, planejamento e intervenção em empreendimentos de economia social e solidárias, negócios sociais, fóruns e redes de economia solidária, organizações associativas e organizações não governamentais. Construção de estratégias que permitam capacitar pessoas, melhorar processos, fortalecer organizações e solucionar problemas, com base em princípios de governança participativa, emancipação social e econômica, cooperação e direitos humanos.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de (orgs.). Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005.</p> <p>FRANÇA FILHO, G., LAVILLE, J.L.; MAGNEN, J.P.; MEDEIROS, A. (orgs.) Ação pública e economia solidária – uma perspectiva internacional. Salvador-Porto Alegre: EDUFRGS/EDUFBA, 2006.</p> <p>CATTANI, LAVILLE, GAIGER E HESPANHA (orgs.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009.</p> <p>GOHN, Maria da Gloria Marcondes. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

DUPAS, Gilberto. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CHANLAT, Jean-François. Ciências Sociais e Management: Reconciliando o Econômico e o Social. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, P. e SOUZA, A.R. (org.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L. Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

GOERCK, C. Economia popular solidária: mapeamento das experiências no Rio Grande do Sul e no Brasil. Canoas: ULBRA, 2010.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 04/2018 – Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 65/2014 – Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas					
- GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
Período		Carga Horária			-
Noturno	90	Teórica	Prática	Total	
			72	-	
EMENTA					
<p>Governança: a Origem do Termo e Bases Teóricas. Governabilidade, Governança Pública e Democracia. Atores e Esferas na Governança – A Governança Local. Os Formatos de Parceria em Governança Pública. Cidadania, Participação Social e Governança Interativa. Agentes Governamentais e Novos Atores em Governança. Governança em Políticas Públicas. Experiências brasileiras e internacionais sobre governança pública</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>BOBBIO, Norberto. Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. Rio de Janeiro: Atlas, 2010. Peci, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia. Governança e New Public Management: Convergências e contradições no contexto brasileiro. Revista Organizações e Sociedade – O&S, 2008.</p> <p>MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrico de Queiroz. Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. Revista de Administração Contemporânea - RAC- Eletrônica, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007. FREY, Klaus. Governança Interativa: uma concepção para compreender a gestão pública participativa. Política & Sociedade. nº 5 outubro de 2004.</p> <p>KISSLER, Leo; HEIDMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. Revista de Administração Pública – RAP, 2006.</p> <p>MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos princípios da governança corporativa aplicada ao setor público. Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 2, p. 11-26, abr./jun. 2007.</p> <p>PEREIRA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012.</p>					

RONCONI, Luciana. Governança pública: um desafio à democracia. Emancipação, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Campus de Arapiraca
Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Período		Carga Horária			-
Noturno	9 0	Teórica	Prática	Total	
		72	-	72	

EMENTA

Contextualização das temáticas envolvendo a mensuração de resultados nas políticas públicas e ações governamentais. O objetivo, os usos e as distinções conceituais básicos da avaliação. Metodologias de avaliação de Políticas Públicas. Objetos, tipos e metodologias de avaliação. Planejamento da avaliação. Sistemas de informação e bases de dados sobre políticas e serviços públicos. Análise e avaliação de projetos e programas públicos. Pesquisas de avaliação de tipo quantitativo e de tipo qualitativo. O gerenciamento de resultados. Métodos de avaliação de impactos de políticas públicas. A avaliação de resultados como instrumentos de ampliação da participação cidadã e da accountability do serviço público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOULLOSA, Rosana de Freitas; ARAÚJO, Edgilson Tavares. Avaliação e monitoramento de projetos sociais. Curitiba: IESDE, 2009.

FUNDAP. Capacitação para desenho e avaliação dos programas do PPA 2008-2011: O planejamento público e a construção de programas. São Paulo: Fundap, 2007.

IPEA. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise *ex ante*, volume 1. Brasília: Ipea, 2018.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

RUA, Maria das Graças. Desmistificando o problema: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Mimeo, 2004.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de programas: Concepções e práticas. São Paulo: Gente; Edusp; Instituto Fonte; Instituto Ayrton Senna, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUARQUE, C. Avaliação Econômica de Projetos. Ed. Campus, 1984.
BRASIL, Ministério do Planejamento Orçamento Gestão (MPOG). Indicadores: Orientações Básicas Aplicadas a Gestão Pública. 1ª edição, Brasília: MPOG, 2012.

COHEN, E, e FRANCO, R., Avaliação de Projetos Sociais. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como Elaborar Modelo Lógico de Programas: um roteiro básico. Nota Técnica nº 2. Brasília: IPEA, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas					
- ACE III / EVENTO					
Período		Carga Horária			Modalidade
Noturno	9 ^o	Teórica	Prática	Total	Evento
		-	72	72	
EMENTA					
<p>Preparação e organização de eventos (seminários, conferências, colóquios, mostras e rodas de conversa) abordando temáticas ligadas à gestão pública governamental e não governamental, aos direitos humanos e às relações étnico-raciais. Exposição dos resultados obtidos no programa de extensão do curso de Administração Pública ou demais atividades que demonstrem a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.</p> <p>MATIAS, Marlene. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2007.</p> <p>MANDUCA, Alexandre. Organização de eventos. REGIT, v. 1, n. 1, 2014.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>RISTOFF, Dilvo I.; MOLL, Jaqueline.; SEVEGNANI, Palmira (Org). Universidade e compromisso social. Brasília: INEP/MEC, 2006.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 04/2018 – Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 65/2014 – Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.</p> <p>ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas, 2006.</p>					

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas					
– ACE VI / PRODUTO					
Período		Carga Horária			Modalidade
Noturno	9º	Teórica	Prática	Total	Produto
		-	36	36	
EMENTA					
<p>Concepção e manutenção de um canal de comunicação em rede social abordando temáticas ligadas à gestão pública governamental e não governamental, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais e de gênero bem como a temas emergentes ou de interesse do campo de públicas.</p>					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
<p>FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.</p> <p>PAULA, Cláudia Regina de. Educar para a diversidade: entrelaçando redes, saberes e identidades. Curitiba: Intersaberes, 2013.</p> <p>VIEIRA, Ronaldo. Gestão do Conhecimento - Introdução e Áreas Afins. Curitiba: Editora Interciência, 2018.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
<p>FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>RISTOFF, Dilvo I.; MOLL, Jaqueline.; SEVEGNANI, Palmira (Org). Universidade e compromisso social. Brasília: INEP/MEC, 2006.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 04/2018 – Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. Resolução nº 65/2014 – Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.</p> <p>ZANELLA, Luiz Carlos. Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização. São Paulo: Atlas, 2006.</p>					

14.3 Disciplinas Eletivas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus de Arapiraca Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado
--

Informações Básicas				
- ADMINISTRAÇÃO POLITICA				
Período	Carga Horária			-
Noturno	Teórica	Prática	Total	
	72	-	72	

EMENTA			
---------------	--	--	--

Bases epistemológicas da Administração como campo científico. Contribuições da teoria da Administração Política para a consolidação da ciência administrativa. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto: gestão ou organizações. Bases teórico-epistemológicas e metodológicas da Administração Política. Desafios da formação em Administração Pública. Administração Política do capitalismo moderno e contemporâneo e a Administração Política brasileira.

BIBLIOGRAFIA BASICA			
----------------------------	--	--	--

RIBEIRO, E. M. e CHAGAS, T. et. al. Bases Teórico-Metodológicas da Administração Política. RAP, 2009.

SANTOS, Elinaldo Leal Et. al. Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração. RIGS. Mai./ago. 2014.

SANTOS, Reginaldo Souza. A administração política como campo do conhecimento. 2. ed. rev. São Paulo, SP: Hucitec; Salvador, BA: FEAUFBA, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
----------------------------------	--	--	--

UBALDO, J. Administração e Política. O&S, nº 37/38, Salvador, 2006.

SANTOS, Elinaldo Leal Et. al. Contribuições da Administração Política para o Campo da Administração. RIGS, v.3n.2, mai./ago. 2014.

_____. O Campo Científico da Administração: Percursos e Percalços. IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia das Ciências da Administração. Florianópolis, 2014.

SANTOS, Reginaldo Souza e RIBEIRO, Elizabeth Matos. A administração política brasileira. RAP, Rio de Janeiro, nº 4, 1993.

SANTOS, R. S. RIBEIRO, E. M. et. al. A Crise, o Estado e os Equívocos da Administração Política do Capitalismo Contemporâneo (mimeo). Salvador, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- DIREITO MUNICIPAL

Período		Carga Horária			-
Noturno		Teórica	Prática	Total	
		72	-	72	

EMENTA

O Estado brasileiro e a origem do Município. Teoria Geral da ação municipal. Autonomia. Organização do Município. O Poder Legislativo. O Poder executivo municipal. Competência Municipal. Meios de ação municipal: Servidores municipais, bens públicos municipais, Administração dos bens municipais, Finanças municipais, Serviços públicos municipais, Poder de Polícia Municipal. Política Urbana municipal. Controle das Funções Municipais. Responsabilidade de prefeitos e Vereadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, José Nilo. Direito Municipal Positivo. Belo Horizonte: Del Rey, 2018.
 FERREIRA, W. J. O Município à Luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Edipro, 1993.
 SIGUIN, E. Estatuto da cidade. Rio de Janeiro: Forense. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, F. D. Motivação e Controle de Ato Administrativo, Belo Horizonte: Del Rey, 1992.
 BASTOS, E. C. (Coord.). Novos Rumos da Autonomia Municipal. São Paulo: Max Limonad, 2000.
 BRAZ, Petrônio. Direito Municipal Positivo. 4ª ed. São Paulo: LED, 2001.
 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito municipal brasileiro. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
 SILVA, J. A. O Município na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- ESTUDOS CRÍTICOS DE GESTÃO

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Introdução à Teoria Crítica. Estudos Críticos em Administração no Brasil. A Teoria Crítica como Paradigma Emergente para a Administração Pública. O enfoque mercantil da formação do administrador. O papel social do Administrador. Ideologia gerencialista. Primazia do privado na gestão pública; Gestão como doença social. Os pecados capitais nas organizações. Questão racial e LGBTQI nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AKTOUF, Omar; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tania. A administração entre a tradição e a renovação. São Paulo: Atlas, 1996.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução livre. Plataforma Gueto, 2013.

MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 43, n. 4, p. 72-85, out-dez. 2003.

DINIZ, A. P. R.; CARRIERI, A. P.; GANDRA, G.; BICALHO, R. A. Políticas de diversidade nas organizações: as relações de trabalho comentadas por trabalhadores gays. Revista Economia e Gestão, Belo Horizonte, v. 13, n. 31, p. 93 - 114, 2013.

KOPELKE, A. L.; BOEIRA, S. L. Reflexividade e criticidade no ensino de graduação em administração. Revista Pensamento Contemporâneo em Administração. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 78-95, jan-mar. 2016.

MOTTA, F. C. P. As Empresas e a Transmissão da Ideologia. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 32, n. 5, nov-dez, p.38-47, 1992.

SILVA, R. R. C.C.; MATTIA, C. Ciência Administrativa e Gestão Pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. Cadernos EBAPE. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1054-1065, out-dez. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Campus de Arapiraca
Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Educação das Relações Étnico-Raciais. Cultura afro-brasileira. Pensamento decolonial. Historicidade das relações raciais no Brasil. Feminismo Negro. Políticas Públicas para Igualdade Racial. Relações de gênero e diversidades sexuais e de gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DESIGUALDADE e diferença na universidade: gênero, etnia e grupos sociais populares. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 139 p.
 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 213p.
 GOMES, Nilma Lino (Org). Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, UNESCO, 2012. 412 p.
 LEITÃO, Heliane de Almeida Lins. Coisas do gênero: diversidade e desigualdade. Maceió: EDUFAL, 2011. 197 p.
 SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. Editora Autêntica.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Sílvio. Racismo Estrutural. São Paulo, SP: Pólen, 2019. 255 p.
 BAHBA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
 BERTH, Joice. O que é empoderamento. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018. 161 p.
 BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 16. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018. 287 p.
 COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero: em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, n. 2, p. 405, 2013.
 COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
 CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.
 DAVIS, Angela Yvonne. Mulheres, raça e classe. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 244 p.
 DOS SANTOS, Sales Augusto. Educação: um pensamento negro contemporâneo. Paco Editorial, 2015.

FANON, Frantz; SILVEIRA, Renato da. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador, BA: EDUFBA, 2008. 194 p.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira, in «Ciências Sociais Hoje». 1983.

HALL, Stuart; SOVIK, Liv. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. 1. ed. atual. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; 2009. 410 p.

HOOKS, Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2018. 175 p.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2. ed. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes, 2017. 283 p.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 248 p.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018. 315p.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2017. 113 p.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

SCOTT, Joan W.. O enigma da igualdade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, Apr. 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DE ALAGOAS

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Compreender a formação do Estado de Alagoas e seus desdobramentos na atualidade. Trata-se de analisar a constituição do contexto alagoano a partir de três pilares: político, econômico e social/cultural. Foca-se, principalmente, nas questões mais específicas de momentos históricos do Brasil, do Nordeste brasileiro e de Alagoas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Cícero Pércles de. Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucro-alcooleira alagoana. Maceió: EDUFAL, 2009.

CARVALHO, Cícero Pércles. Formação Histórica de Alagoas. 3ª ed. Maceió: Edufal, 2015.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 4ª ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O banguê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras, 2006

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. 23ª ed. Brasiliense, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- FUNDAMENTOS DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Período		Carga Horária			-
Noturno		Teórica	Prática	Total	
		72	-	72	

EMENTA

Discussão acerca de elementos teóricos e empíricos da economia solidária, procurando problematizar a temática e identificando estratégias que permitam construir uma sociedade baseada em democracia econômica, com dignidade e justiça social. Análise de aspectos da economia solidária, com ênfase no caso brasileiro, tais como: cooperativas; associações, redes e fóruns existentes; Discussão sobre os fundamentos (conceituais, teórico-metodológicos) do desenvolvimento local. Análise de experiências de sucesso com ênfase no caso brasileiro e, em especial, nordestino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDEIAS, Cezar Nonato Bezerra; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de (orgs.). Economia solidária e autogestão: ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: EDUFAL, 2005.

GOERCK, Caroline. Economia popular solidária: mapeamento das experiências no Rio Grande do Sul e no Brasil. Canoas: ULBRA, 2010.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VEIGA, Sandra Mayrink. Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: M. A. Pontes, 2001.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHANLAT, Jean-François. Ciências Sociais e Management: Reconciliando o Econômico e o Social. São Paulo: Atlas, 2000.

Singer, P. Souza. A.R. (org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L., Economia solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J.L.; MEDEIROS, A.(org.), Ação Pública e economia solidária – uma perspectiva internacional. Salvador-Porto Alegre, EDUFRGS/EDUFBA, 2006.

CATTANI, LAVILLE, GAIGER e HESPANHA (Orgs.) Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra-São Paulo: Editora Almedina, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Período	Carga Horária			-
	Teórica	Prática	Total	
Noturno	72	-	72	

EMENTA

A evolução da consciência ambiental. Novos padrões ambientais. Economia ambiental e aspectos regionais do meio ambiente no Brasil. Valoração ambiental e instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Tomada de decisão ambiental na perspectiva pública. Sistema de gestão ambiental. Fundamentos de ecologia: princípios e conceitos. O meio ambiente como campo de conflitos sociais na defesa dos interesses difusos; as questões ambientais globais e acordos internacionais. O desenvolvimento sustentável: concepções e conceitos. As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável. Agenda de desenvolvimento sustentável: agenda 21.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARGO, A. L. Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios. Campinas: Papyrus, 2003.

PUTNAM, R.D.; LEONARDI, R.t; NANETTI, R.Y. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIBEIRO, Helena; VARGAS; Helena Comin (orgs.). Novos Instrumentos de Gestão Urbana. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUARQUE, S. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

JARA, C. J, A sustentabilidade do desenvolvimento local. Recife: SEPLAN – PE, 1998.

LITTLE, P (org). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

MARICATO, E. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). Metamorfoses sociais e políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- GESTÃO PÚBLICA AMBIENTAL

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Bases para a Gestão Ambiental Pública; Problemas e Conflitos Ambientais; Regulação, políticas públicas e governança ambiental; Política e gestão ambiental; Governança ambiental no Nível Municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURSZTYN, Marcel. BURSZTYN, Maria Augusta. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LITTLE, Paul. Os novos desafios da política ambiental brasileira. Brasília: IEB, 2014.

LITTLE, Paul. Políticas ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências. São Paulo: IEB, 2003.

MOURA, Adriana Magalhães. Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2016.

Quintas, Jose Silva. Introdução à gestão ambiental pública. 2ª edição rev. - Brasília: IBAMA, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARVATE, Paulo Roberto. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ÁVILA, Rafael Doñate. O sistema Municipal do meio ambiente no Brasil: avanços e desafios. Saúde, sociedade, 2012.

MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (org). Economia do Meio Ambiente – Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

TÔSTO, Sergio Gomes. et al. Valoração de estudos ecossistêmicos: metodologias e estudos de caso. Brasília: EMBRAPA, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- GESTÃO DA INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Conceitos básicos e perspectivas da tecnologia; ciência, P&D; o paradigma tecnológico; as novas tecnologias; o hiato tecnológico internacional; inovação; tecnologia e o desenvolvimento de capacidade tecnológica, difusão de tecnologia; mudanças tecnológicas, aprendizado, conhecimento e inovação. Os efeitos e implicações das tecnologias e o papel do Estado, com foco no espaço regional; estratégias para o desenvolvimento de capacidades tecnológicas e temas concernentes ao desenvolvimento tecnológico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Indicadores. Disponível em:

<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/740.html?execview>

_____. Ministério do Planejamento - Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores. Brasília, dezembro (2009).

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como Elaborar Modelo Lógico de Programas: um roteiro básico. Nota Técnica nº 2. Brasília: IPEA, 2007.

_____. Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo. Brasília: IPEA, 2009.

FREEMAN Chris. The 'National System of Innovation' in historical perspective. Cambridge Journal of Economics 1995.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para Diagnóstico, Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais no Brasil. Revista do Serviço Público Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs setor privado. Tradução Elvira Serapicos. 1ªed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

NEGRI, João Alberto de e KUBOTA, Luís Claudio (Orgs). Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica no Brasil. Brasília, IPEA, 2008.

NEGRI, João Alberto de, NEGRI, Fernanda de, LEMOS, Mauro Borges. O impacto do FNDCT sobre o desempenho e o esforço tecnológico das empresas e industriais brasileiras. Brasília: IPEA, 2018.

PEREIRA, José Matias e KRUGLIANSKAS, Isak. Gestão de inovação: A lei de inovação tecnológica como ferramenta de apoio às políticas industrial e tecnológica do Brasil. RAE-eletrônica, v. 4, n. 2, jul./dez. 2005.

SALERNO, Mario Sérgio e KUBOTA, Luís Claudio. Estado e Inovação. Brasília, IPEA, 2008

SCHUMPETER, Joseph. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Nova cultural, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACSA, Zoltan J, ANSELINB, Luc e VARGA, Attila. Patents and innovation counts as measures of regional production of new knowledge. Research Policy 31, 2002.

ASHEIM, Bjørn T. e ISAKSEN Arne. Regional Innovation Systems: The Integration of Local 'Sticky' and Global 'Ubiquitous' Knowledge. Journal of Technology Transfer, 27, 77–86, 2002.

BOTTAZZIA, Laura e PERIC, Giovanni. Innovation and spillovers in regions: Evidence from European patente data. European Economic Review 47, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- GESTÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Definição de Propriedade Intelectual; Propriedade Intelectual no Brasil; Marcas; Patentes; Desenho Industrial; Indicações Geográficas; Propriedade Intelectual e Desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera (...), 2016.

BRASIL. Lei nº 9279/96 de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial.

SHERWOOD, Robert. Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Edusp, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____ Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação, 2015.

_____ Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

**- GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E EMPREENDIMENTOS
 SOLIDÁRIOS**

Período		Carga Horária			-
Noturno		Teórica	Prática	Total	
			72	-	

EMENTA

Discussão acerca de elementos teóricos e empíricos da economia solidária, procurando problematizar a temática e identificando estratégias que permitam construir uma sociedade baseada em democracia econômica, com dignidade e justiça social. Análise de aspectos da economia solidária, com ênfase no caso brasileiro, tais como: cooperativas; associações, redes e fóruns existentes; Discussão sobre os fundamentos (conceituais, teórico-metodológicos) do desenvolvimento local sustentável. Diversidade cultural. Análise de experiências de sucesso com ênfase no caso brasileiro e, em especial, nordestino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUARQUE, Sérgio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Economia popular: uma via de modernização para Alagoas. 4ªed. Maceió, AL: EDUFAL, 2010.

Francisco de Melo (Orgs.). Economia Solidária e Autogestão. Ponderações teóricas e achados empíricos. Maceió: Edufal, 2005.

LIMA, Margarida Maria Feliciano de. Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR). (Série BNB Teses e Dissertações; 19) Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANCO, Augusto. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado sustentável. 2ª ed. Brasília: Millennium/Instituto de Política, 2000.

FRIEDEN, Jeffrey A. Capitalismo global: história econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

MELO, Ricardo Lacerda; HANSEN, Dean Lee (org.). Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões. Aracaju: Editora UFS, 2007.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Campus de Arapiraca Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado
--

Informações Básicas			
LIBRAS			
Período	Carga Horária		
Noturno	Teórica	Prática	Total
	72	-	72

EMENTA

Desmistificação de ideias concebidas acerca das línguas de sinais. Estudo dos fundamentos gramaticais da LIBRAS (características básicas da fonologia e noções básicas de léxico) e os aspectos sobre cultura e identidade surda. Leis que respaldam linguisticamente e culturalmente a comunidade surda. Visão geral sobre história de educação de surdos no Brasil e no mundo. Bem como, a escrita do português dos sujeitos surdos como L2.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COPOVILLA, F. C. & RAPHAEL, V. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue de Língua de Sinais Brasileira. Vol. I e II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. Língua de sinais Brasileira: Estudos Linguísticos. Porto Alegre: Artemed, 2004.

QUADROS, R. Muller. de. Educação de surdo: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1997.

SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GESSER, Audrei. LIBRAS? que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, Parábola Editorial, 2009.

CHOI, Daniel et al. (org.) Libras: conhecimento além dos sinais. 1ª Ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.

SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas			
- INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SÓCIOPRODUTIVOS			
Período	Carga Horária		
Noturno	Teórica	Prática	Total
	72	-	72

EMENTA

Projetos de Incubação no Brasil: origem, conceitos, metodologias, possibilidades e limites. Incubadoras Universitárias. Modelos de Gestão e Incubação. Financiamento. Sistematização do Conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BASICA

BIAGIO, Luiz Arnaldo. Incubadoras de empreendimentos orientados para o desenvolvimento local e setorial: planejamento e gestão. Brasília: ANPROTEC: SEBRAE, 2006.

GUIMARÃES, Gonçalo; SALOMÃO, Inessa. Planejamento e gestão de incubadoras de tecnologias sociais para o desenvolvimento: características e instrumentos. Brasília: Anprotec: SEBRAE, 2006.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JUSTINO, Maria José. (Org.). Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR/PROEC, 2002.

MEIRA, Ludmila. A gestão de empreendimentos econômicos solidários: Olhares das ITCPs USP, UFRJ e UNEB (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Escola de Administração, 2005.

OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; DAGNINO, Renato Peixoto. As Fragilidades das Incubadoras Universitárias de Cooperativas no Brasil. In: Jornada Latinoamericana de Ciência Tecnológica e Sociedade – ECOSITE, V, 2004, Toluca-México, 2004.

SOUZA, Maria Carolina de Azevedo Ferreira de; AZEVEDO, Alessandra de; OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; BALDEÓN, Nguyen Tufino. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação. In: 10th Latin-American Seminar of Technology Management. México, 2003.

SINGER, P. Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In:

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas			
- INICIAÇÃO A PRODUÇÃO CIENTÍFICA			
Período	Carga Horária		
Noturno	Teórica	Prática	Total
	72	-	72
EMENTA			
<p>Pesquisa e comunicação científica; canais de comunicação científica; planejamento, redação e revisão do texto; estrutura do artigo científico; ética na publicação; escolha do evento ou periódico; submissão do artigo científico; avaliação do artigo.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.</p> <p>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>PEREIRA, Mauricio Gomes. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.</p> <p>SANTO, Antônio. Anatomia de um artigo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.</p> <p>VIEIRA, Sonia. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas, 2009.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith, GEWANDSZNAJDER, Fernando. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2002.</p>			

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

– METODOLOGIA DA PESQUISA QUALITATIVA

Período	Carga Horária			-
	Teórica	Prática	Total	
Noturno	72	-	72	

EMENTA

Pressupostos básicos. Tipos de pesquisa. Instrumentos de pesquisa. O planejamento da pesquisa qualitativa. Os aspectos éticos envolvidos na pesquisa qualitativa. Diferentes métodos de investigação científica de caráter qualitativo. Observação, entrevista, questionários e análise documental como recursos metodológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 2. ed. Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUER, Martin W; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. Manual de investigação em ciências sociais. 3ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003.

YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas

- NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

Período		Carga Horária			-
		Teórica	Prática	Total	
Noturno		72	-	72	

EMENTA

Noções gerais sobre ADR (Alternative Dispute Resolution). Noções gerais do conflito. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAZERMAN, M.H. e NEALE, M.A. Negociando Racionalmente. Editora Atlas, 1995.

COSTA, Sérgio de Freitas; LIMA, Jose Guilherme de Heraclito; MOURÃO, Alessandra Nascimento S. L.; MAFREDI, Denise. Gestão de negociação: como conseguir o que se quer sem ceder o que não se deve. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

FISHER, Roger e URY, William. Como chegar ao Sim. São Paulo: Editora Imago, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LITTLEJOHN, S.W. Fundamentos teóricos da comunicação humana. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

WATZGAWICK, P. et al. Pragmática da comunicação humana. São Paulo, Cultrix, 1967.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Campus de Arapiraca
 Coordenação do Curso de Administração Pública Bacharelado

Informações Básicas			
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS			
Período	Carga Horária		
Noturno	Teórica	Prática	Total
	72	-	72

EMENTA

O ideário ocidental do desenvolvimento. Organizações Internacionais. Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Cooperação não Governamental para o desenvolvimento. Governança global para o desenvolvimento sustentável. Globalização, Estado nacional e difusão de política públicas. Redes, comunidades epistêmicas e movimentos sociais transnacionais na produção das políticas públicas do Estado nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Políticas públicas e relações internacionais. Brasília: Enap, 2018. 104 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3335/4/Livro_pol%c3%adticas_p%c3%bablicas_rela%c3%a7%c3%b5es_internacionais.pdf

IANNI, Octavio. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos e SOLINÍS, Germán (orgs.). Democracia e Governança Mundial. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002, 295 p.

SOREANO PECEQUILO, Cristina. Introdução às Relações Internacionais: Temas, Atores e Visões. Petrópolis: Vozes, 2004.

SIMÕES, Paulo. Entre a alma missionária e o espírito mercador: uma análise da cooperação não governamental holandesa no Brasil. Curitiba, PR: Appris, 2014. 153p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARCOVITCH, Jacques (org.). Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão. São Paulo: EDUSP, 1994.

MILANI, Carlos. Governança Global, reorganização da política em todos os níveis de ação. Série Pesquisas, Fundação Konrad Adenauer, 1999.

PESSINA, Maria Elisa. O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990: entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão. Salvador, BA: EDUFBA, 2017. 290 p.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez Editora, Salvador: UFBA, Recife: Equip, 2001.

15. AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, este último, traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta maneira, a Ufal, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

15.1 Procedimentos de Avaliação no Processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação é processo complexo e configura-se essencial enquanto instrumento de autoconhecimento e orientação da missão do curso de Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas. Caracteriza-se enquanto processo contínuo e permanente que norteia as políticas institucionais.

A avaliação é processo desenvolvido pela comunidade acadêmica com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido pelo curso. Dentre outros pontos, esse processo busca:

- I. Implementar um processo de avaliação contínuo;
- II. Planejar e remodelar as ações a partir dos dados colhidos por este processo;
- III. Garantir a qualidade no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Construir um planejamento institucional democrático e autônomo; e
- V. Consolidar o compromisso social.

As orientações e instrumentos propostos na avaliação baseou-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 e no Decreto 10.861, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Assim, têm-se a Comissão de Auto Avaliação – CAA e a Comissão Própria de Avaliação – CPA, órgão responsável pela condução desse processo. Este órgão mantém contato com todos os seguimentos da comunidade acadêmica e procura fazer diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares a fim de verificar se atendem às necessidades da sociedade local.

Além disso, propõe mudanças no projeto político-pedagógico, ouvindo os alunos, professores e funcionários estimulando-os a participarem ativamente do processo de avaliação.

As intenções da CPA

- I. Avaliar todos os seguimentos internos a fim de promover a atualização do projeto institucional;
- II. Estimular e promover a participação da comunidade acadêmica num processo democrático e participativo de avaliação;
- III. Identificar pontos que ainda necessitam de melhorias;
- IV. Avaliar planejamentos e programas pedagógicos e administrativos;
- V. Diagnosticar a adequação do curso ao contexto da sociedade na qual ele se insere;
- VI. Conhecer necessidades emergentes e indicar ações que as complementem.

Neste sentido, a avaliação tanto em nível quantitativo como qualitativo engloba atores que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem como alunos, professores e funcionários como a comunidade circunvizinha, que faz parte da vida institucional.

Este sistema de avaliação fomenta cultura avaliativa e envolve toda a comunidade acadêmica na discussão sobre a qualidade do ensino oferecido, bem

como a função social do curso de Administração Pública do Campus Arapiraca. É acima de tudo instrumento de identificação de fatores que interferem positivamente e negativamente na qualidade do ensino e em todas as dimensões da ação pedagógica e administrativa.

O ENADE, como parte do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação, às suas habilidades para ajustamento, às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e às suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados às realidades brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. O resultado do ENADE é utilizado como referencial para o aprimoramento do curso no que tange a comparação da média brasileira e a do curso, para identificar corretamente o perfil dos discentes juntamente com o do curso.

15.2 Avaliação institucional

15.2.1 Metodologia, dimensões e instrumentos a serem utilizados no processo de autoavaliação

O processo de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, tem como concepção basilar a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que fundamenta o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES, na busca da melhoria da qualidade da educação superior, utilizando-se como variáveis os seguintes eixos:

- I. ensino, pesquisa/iniciação e extensão;
- II. responsabilidade social;
- III. desempenho dos alunos;
- IV. gestão da instituição;
- V. corpo docente e;

VI. estrutura física.

Através desses eixos buscam uma perspectiva das melhorias e do aprimoramento da eficácia institucional, efetividade acadêmica e social e da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A metodologia utilizada no processo de auto avaliação seguirá as orientações gerais do SINAES, que prevê, para auto avaliação ou avaliação interna, três etapas a serem desenvolvidas, a saber:

- I. Preparação;
- II. Desenvolvimento e;
- III. Consolidação da avaliação.

A autoavaliação será realizada utilizando-se do questionário *on-line* como procedimento metodológico e contemplará abordagem qualiquantitativa da avaliação. As questões contidas na autoavaliação serão propostas em conformidade com a Lei 10.861/2004 que definiu as dez **dimensões institucionais** para a avaliação das IES, contempladas no Roteiro de Autoavaliação Institucional, publicação da CONAES/INEP.

A auto avaliação obedecerá à seguinte lógica:

- I. Planejamento das atividades, sensibilização da comunidade para reflexão sobre o processo de autoavaliação pela coordenação da CPA e equipe;
- II. Envolvimento dos servidores de todos os setores na construção das dimensões a serem avaliadas;
- III. Processamento dos dados coletados para assegurar a validade da informação;
- IV. Utilização dos resultados na implementação de melhorias sinalizadas, sendo estas melhorias transformadas em ações a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional;

V. Divulgação dos resultados.

Considerando os diversos atores da Instituição, o processo de autoavaliação envolverá:

a - Avaliação da Instituição pelos discentes:

- I. Desempenho docente;
- II. Atuação do Coordenador;
- III. Atuação dos gestores;
- IV. Serviços de Secretaria;
- V. Infraestrutura de laboratório;
- VI. Infraestrutura, acervo e serviços da Biblioteca; e,
- VII. Serviços gerais, limpeza, segurança.

b - Avaliação do desempenho dos alunos durante o curso das atividades de Ensino e de aprendizagem:

- I. Disciplinas;
- II. Estágio;
- III. Atividades Complementares;
- IV. TCC;
- V. Participação em eventos;
- VI. Participação em projetos de iniciação científica, e
- VII. Participação em projetos e atividades de extensão.

c - Avaliação docente sobre a Instituição e sobre o corpo discente

- I. Atuação do coordenador de curso;

II. Participação dos alunos na disciplina e nas diversas atividades referentes ao Curso e a Instituição;

III. Serviços de secretaria,

IV. Laboratórios;

V. Biblioteca (inclusive acervo),

VI. Orientação pedagógica; e,

VII. Infraestrutura.

d - Avaliação institucional sob a ótica do egresso.

Para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética, será realizada pesquisa no momento da conclusão do curso e após um ano de inserção no mercado, quando o mesmo estará apto a fornecer informações sobre a satisfação das necessidades, expectativas e desejos em relação à promessa realizada pela Instituição sobre a prestação de serviços contratada. A pesquisa poderá ser realizada através de questionários *on-line* com abordagem quali-quantitativa.

A análise dos dados e informações fornecidos por egressos, empregadores e mercado será considerada para a revisão dos planos e programas da Instituição, com vistas à atualização dos cursos, bem como antecipação de tendências das carreiras profissionais.

e - Avaliação dos sistemas e processos administrativos.

A avaliação dos sistemas e processos administrativos visa a melhoria do atendimento acadêmico, pedagógico e administrativo da Instituição, com estratégias para o planejamento, operacionalização e viabilização dos mesmos, nos termos do PDI.

Periodicamente, os responsáveis designados para as diversas ações programadas, seguindo o princípio da gestão por resultados, comparecerão

frente à CPA, ao Diretor e demais órgãos gestores para a avaliação dos resultados alcançados e definição de novas ações.

15.2.2 Formas de utilização dos resultados das avaliações - Apuração e Análise dos dados

Depois de obtidos os dados das dimensões avaliadas, a CPA efetuará uma primeira análise e emitirá relatório analítico sobre a etapa cumprida (verificar os procedimentos da CPA UFAL). Com base nesse relatório será desenvolvido um fórum de discussão com as partes envolvidas no aprofundamento da análise, identificação de causas e efeitos e soluções de melhoria (quando for o caso) gerando relatório final da etapa a ser encaminhado para homologação da CPA e Diretoria, com atividades e ajustes que deverão ser implementados.

Considerada atividade obrigatória para as IES, a autoavaliação (avaliação interna), constitui um dos instrumentos do SINAES utilizados no primeiro momento da avaliação institucional. A importância deste segmento do processo avaliativo deve-se ao seu caráter formativo com o propósito de permitir o aperfeiçoamento, tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico administrativo) quanto da instituição como um todo, na expectativa de promover as mudanças necessárias e o aperfeiçoamento das ações programadas, tendo em vista a garantia da qualidade da educação, aliada ao uso eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

Esta modalidade de avaliação, instituída como componente diretamente ligado à lógica da gestão, configura um processo permanente de levantamento de informações sobre as necessidades elencadas pela comunidade acadêmica e da situação das metas estabelecidas pela instituição para a concretização dos objetivos educacionais, científicos, sociais e tecnológicos visando consolidar o ciclo de planejamento institucional.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), com foco nos 05 (cinco) eixos avaliativos estabelecidas pela CONAES, tem como atribuições a condução

dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização das informações/dados obtidos e seu repasse tanto para a comunidade interna como para a avaliação externa. Este olhar externo, como observação de fora para dentro, é importante porque pode retificar equívocos de percepção cometidos pelos agentes da autoavaliação.

Assim, a avaliação Institucional pode ser utilizada como valioso instrumento para identificar as potencialidades, fragilidades e limitações da Instituição em suas políticas e práticas, relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão além de favorecer a reflexão sobre a efetividade do planejamento e a eficácia das ações propostas. Como parte essencial de um processo cíclico de autoconsciência deve atuar de forma criativa permitindo novas leituras das dimensões que definem a instituição apreendendo este universo em toda sua complexidade.

As formas de divulgação dos relatórios da CPA bem como as ações sugeridas e as ações desenvolvidas serão divulgados na instituição, através de seminários, *e-mails*, assim como no sitio oficial da UFAL.

15.3 Colegiado do Curso

Os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL, referentes ao Colegiado estão transcritos:

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à -, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a com-, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

- II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da -, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, visando à formação profissional planejada;
- III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- V. exercer outras atribuições compatíveis.

Os membros se reúnem mensalmente em reuniões ordinárias para tomar decisões e analisar solicitações de discentes. As reuniões são previstas em consonância com o calendário das reuniões do Conselho do Campus, afim de garantir um fluxo de execução dos processos e decisões referentes ao curso.

A convocação contendo a pauta da reunião deve ser publicizada com 24 horas de antecedência no mínimo, a fim de garantir a presença de todos os conselheiros. As reuniões são registradas em atas e arquivadas na Secretaria

do Curso, ficando disponíveis para consulta pública. Em caso de deliberações urgentes também são realizadas reuniões extraordinárias.

15.4 Núcleo Docente Estruturante – NDE

A função do NDE, conforme a referida Resolução, é:

Art. 2º - O *NDE* de cada Curso de Graduação da UFAL é o órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva - para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º - O *NDE* terá as seguintes atribuições:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

16. POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES

Sobre os Programas de Assistência Estudantil, o curso de Administração possui alunos envolvidos nos projetos citados anteriormente.

Com a finalidade de promover um nivelamento dos alunos e fortalecer a qualidade do ensino ofertado, o curso de Administração Pública oferece cursos de monitoria, naquelas disciplinas cujos alunos apresentem dificuldades

específicas. Ademais, a Resolução 25/05, em seu art. 5º, § 2º prevê a implementação do sistema de tutoria para o atendimento dos(as) alunos(as) reprovados(as) por média, em turmas que não alcancem o mínimo necessário para a formação de turma extra. Nesta situação, não havendo a oferta regular da disciplina no semestre seguinte, o colegiado do curso organizará um programa de tutoria no qual o (a) aluno (a) será matriculado (a), e designará um (a) professor (a) para lhe acompanhar e avaliar, sem a necessidade da formação de turma convencional.

Além da representação estudantil já consolidada nas reuniões do colegiado e do amplo diálogo entre as lideranças discentes e o corpo de professores, os alunos instituíram o Centro Acadêmico do curso de Administração Pública, mediante a realização dos procedimentos formais cabíveis.

Outra iniciativa discente é a empresa júnior de administração pública, com início em 2016, e objetivando uma maior atuação profissional dos membros envolvidos.

Sobre o horário de atendimento aos alunos, a coordenação conta com dois bolsistas de apoio administrativo, em atuação durante todo o horário do curso (noturno). Além disso, o horário de atendimento por parte dos professores fica distribuído segundo uma escala semanal, na qual cada professor disponibiliza os horários em que ficará responsável por atender os alunos. Os docentes trabalham na atividade de atendimento no mínimo 04 (quatro) horas por semana.

17. CORPO DOCENTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - BACHARELADO

O corpo docente do curso de Administração Pública da UFAL, campus Arapiraca participa da análise dos conteúdos dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso, com reflexão e com uma conduta pedagógica e

acadêmica de modo a atingir os objetivos apresentados no PPC, destacando e enfatizando a importância para a atuação profissional e acadêmica do discente. Busca fomentar o raciocínio crítico a criação de consciência e ética profissional para mais além que a bibliografia proposta, bibliografia esta que será mais flexível e atualizada a partir do “Relatório de Adequação da Bibliografia” assinado pelo NDE.

Através das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs o corpo docente proporciona acesso a conteúdos de pesquisa que se relacionam com os objetivos das disciplinas e perfil do egresso. Oferecem um incentivo da pesquisa e extensão, que é determinante para a formação de um profissional dinâmico, plural e reflexivo, de modo a ampliar a visão para o mercado de trabalho. A participação do discente em atividades de pesquisa e extensão são apontadas como a iniciação científica, participação em projetos de pesquisa institucionalizados ou não, participação de grupos de estudo, monitorias remuneradas ou voluntárias, participação em eventos, publicações de artigos, projetos de extensão e estágios extracurriculares.

O curso de Graduação em Administração Pública da UFAL Arapiraca apresenta um corpo docente composto de 9 (nove) professores, em sua grande maioria, com mestrado e doutorado e formação em diversas áreas que compõem o campo da Administração Pública. Todos atuam em carga-horária de 40h e regime de Dedicção Exclusiva, conforme exposto nos quadros a seguir.

Quadro 7 – Distribuição dos docentes do curso por regime de trabalho e titulação.

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO	GRADUAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
Anderson Henrique	40 h D.E.	Ciências Econômicas	Economia Aplicada	Economia Aplicada (em andamento)
Bruno Setton	40 h D.E.	Ciências Econômicas	Desenvolvimento Regional	Inovação Tecnológica
Fabiana Cassia	40 h D.E.	Ciências Contábeis	Administração	-
José Rodolfo Tenório	40 h D.E.	Administração e Gestão Ambiental	Administração	Administração (em andamento)
Leonardo Leal	40 h D.E.	Administração	Administração	Ciência Política (em andamento)
Lucas Muniz	40 h D.E.	Matemática	Economia	-
Paulo Simões	40 h D.E.	Administração	Administração	Administração
Renato Miranda	40 h D.E.	Direito	Administração	Administração
Rodrigo Coelho	40 h D.E.	Economia	Economia	Economia

Quadro 8 – Distribuição dos Professores Conforme Titulação

TITULAÇÃO	N	%
Doutores	4	44%
Mestres	5	56%
Especialistas	---	0%
Total de Professores	9	100%

Quadro 9 – Distribuição dos Professores Conforme Regime de Trabalho

REGIME	N	%
Professores 40h D. E.	9	100
Total de Professores	9	100

Apesar de o curso ter somente quatro professores doutores, o restante do corpo docente encontra-se, atualmente, em qualificação, o que evidencia uma tendência de elevação da titulação média do curso em pouco tempo.

Considerando o Decreto nº 5.707/06, de 26 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a política e as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal, a Ufal ajusta o seu PDI, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: melhorar o desempenho do servidor; e assegurar um quadro mais confiante, motivado e conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas por eles no exercício do cargo, auferindo o desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor

(PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta política de apoio ao docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

18. INFRAESTRUTURA E RECURSOS MATERIAIS

As atividades pedagógicas e técnico-administrativas do Curso Administração Pública - Bacharelado, no Campus Arapiraca conta com salas para funcionamento das Coordenações de Curso, Direção e Secretaria, compartilhada com os demais cursos da Unidade com 5 (cinco) salas de aulas equipadas com carteiras escolares, quadros e mesa. Quanto aos recursos técnicos, o Curso dispõe equipamento de som e data-shows.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Luiz Antônio Botelho; SILVA, Edson Pereira. A Universidade e sua relação com o outro: um conceito para extensão universitária. **Educação Brasileira**, v. 23, n. 47, p. 65-79, 2001.
- BUFFA, E.; CANALES, P. R. Extensão: meio de comunicação entre universidade e comunidade. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 157-169, jan./jun. 2007.
- COELHO, F. S. A problemática atual do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil. **Cadernos EBAPE**, BR – Número Especial, Ago, 2008.
- Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos** – Específicas para cada curso, e referente as orientações gerais;
- ESPINHEIRA, Gey. **Metodologia e prática do trabalho em comunidade: ficção do real: observar, deduzir e explicar: esboço da metodologia da pesquisa**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.
- GAETANI, F. Os desafios da Administração Pública no Brasil e a capacitação dos gestores públicos. Apresentação na Escola Nacional de Administração Pública. **ENAP** 2014. Acessível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1450/2/Os%20desafios%20da%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20no%20Brasil%20e%20a%20capacita%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servidores%20p%C3%BAblicos.pdf> (acessado em: 12.11.2018)
- GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- INEP – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.
- MAXIMILIANO JR, M. **Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)**. Campina Grande – PB. EDUUEFCG. 2017. 60p.
- PERES, C. M.; ANDRADE, A. S.; GARCIA, S. B. Atividades extracurriculares:

multiplicidade e diferenciação necessárias ao currículo. **Rev. Bras. Ed. Med.** v.3, n.3, p. 203- 11.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THIOLENT, Michel; CASTELO BRANCO, Alba Lúcia; GUIMARÃES, Regina Guedes Moreira; ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). **Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. **Plano Nacional de Extensão Universitária**, 2001. Disponível em: <<http://www.renex.org.br>> Acesso em: 15 dez. 2004.

SEPLAG. **Alagoas em dados e informações**. Disponível em dados.al.gov.br. Acesso em 20 jan 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL – CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2013-2017**. Universidade Federal de Alagoas, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. **Projeto de Interiorização da UFAL: uma expansão necessária**. Universidade Federal de Alagoas, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. **Resolução nº 04/2018** – Consuni/UFAL de 19 de fevereiro de 2018. Regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos projetos pedagógicos de cursos de graduação da UFAL.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, UFAL. **Resolução nº 65/2014** – Consuni/UFAL de 03 de novembro de 2014. Estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL.